

Nº da proposição 00004/2017

Data de autuação 14/11/2017

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Autor: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ementa:

INDICA O SENHOR ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº. 04/17.

INDICA O SENHOR **ERNESTO SABOIA** DE FIGUEIREDO JUNIOR PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1º Indica o Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com o art. 71. §§ 1.º e seus incisos e 2.º inciso II, da Constituição do Estado do Ceará, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Teodorico José Menezes Neto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA É REDAÇÃO, em de novembro de 2017.

Fortaleza,

PRESIDENTE

RELATOR



Oficio nº 3258/2017 - GAB/PRES.

Fortaleza, 25 de setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente **Deputado Estadual José Jácome Carneiro Albuquerque**Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 — Dionísio Torres

CEP 60170-900

Fortaleza-CE

Aos 22 de março de 2017, o Diário Oficial do Estado do Ceará (Ano IX, nº 56, Caderno 1, página 01) noticiou a publicação do ato de aposentadoria do Senhor Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto.

Considerando que o referido Conselheiro ocupava vaga de provimento reservado ao Poder Legislativo Cearense (como o comprova o ato de nomeação publicado no D.O.E. de 07/10/1999), a vacância do cargo nos leva ao dever de informar Vossa Excelência quanto ao fato.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima PRESIDENTE

Tribunal de Contas do Estado do Ceará

ASSENIOLLIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
39 LEGISLATURA/ 30 SESSÃO LEGISLATIVA
LIDO NO EXPEDIENTE DA 135 SESSÃO ORDINÁRIA
DESPACHO

() Publique-se e Inclua-se em Pauta
() Inclua-se na Ordem do Dia em / () Encaminhe-se ao Gabinete da Presidencia
() Encaminhe-se ao Comissão
() Encaminhe-se ao Autor da Proposição

26 SET. 2017
ASS Janana.



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

ATA DA 135ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS MANUEL DUCA E JOAQUIM NORONHA.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e dezessete, compareceram ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará os Senhores Deputados eleitos, diplomados e empossados para a Vigésima Nona Legislatura do Estado do Ceará: Tin Gomes, Manuel Duca, Audic Mota, Augusta Brito, Ferreira Aragão, Bruno Pedrosa, Agenor Ribeiro, David Durand, Dr. Santana, Dr. Sarto, Dr.carlos Felipe, Dra. Silvana, Ely Aguiar, Evandro Leitão, Fernanda Pessoa, Gony Arruda, Heitor Férrer, Jeová Mota, Joaquim Noronha, Leonardo Araújo, Moisés Braz, Odilon Aguiar, Rachel Marques, Renato Roseno, Sérgio Aguiar e Yuri Guerra (26).

Havendo número regimental e invocando a proteção de Deus, o Senhor Presidente, Deputado Manuel Duca, declarou aberta a presente Sessão Ordinária.

O Senhor Deputado Ely Aguiar, a convite, procedeu à leitura das Atas das Sessões anteriores, que foram aprovadas e assinadas pela Mesa, e das matérias constantes do Expediente.

EXPEDIENTE

LEITURA DE PROJETO DE LEI N.º:

293/17 – Autoria do Deputado Nizo Costa – Dispõe sobre a obrigatoriedade da exibição de informações nos veículos que realizam o transporte público de alunos no âmbito do Estado do Ceará e dá outras providências.

LEITURA DE CORRESPONDÊNCIAS

Ofício nº 203/2017 – Autoria da Secretaria da Fazenda – Encaminha demonstrativo do 3º trimestre, referentes ao exercício de 2017, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Administração Direta e Indireta do Estado.

Ofício nº 231/2017 – Autoria do Ministério Público – Encaminha cópia do demonstrativo financeiro do Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público, referente ao mês de julho, agosto e setembro de 2017 e o relatório de receitas e despesas referentes ao 3º trimestre de 2017.

Oficio nº 3258/2017- Autoria do Tribunal de Contas do Estado do Ceará- Informando a publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará no dia 22 de março de 2017, do ato de aposentadoria

ATA DA 135º (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

do Senhor Conselheiro Teodorico José Menezes Neto.

LEITURA DE REQUERIMENTOS

Foram registrados, no Protocolo Digital de Requerimentos, os de nºs. 5.046/17 a 5.054/17.

PRIMEIRO EXPEDIENTE

- 1.º Orador Deputado Agenor Ribeiro. Anunciou que irá solicitar a realização de uma audiência pública para discutir a crise nas finanças públicas dos municípios cearenses. O parlamentar, explicou que esse tema foi levantado no evento Diálogo Municipalista com a presença de prefeitos, deputados, vereadores, secretários e do Governador Camilo Santana. Segundo o deputado, os dados apresentados no evento, são considerados preocupantes, visto que, o repasse de recursos federais cresceu menos que as obrigações financeiras dos municípios, destacando que, de 2011 até hoje, os recursos do Fundo de participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) tiveram aumento de 43% e 36%, respectivamente, enquanto o salário mínimo e o piso do magistério aumentaram 72% e 93%, respectivamente. Ressaltou que seriam necessários aproximadamente, R\$ 4 bilhões de reais para resolver os problemas financeiros dos municípios cearenses, para tanto, os municípios precisam pressionar o Governo Federal para injetar esse montante e socorrer os municípios através de medida provisória.
- 2.º Orador Deputada Dra. Silvana. Anunciou que vai apresentar dois projetos, visando esclarecer para a população a maneira correta de transportar crianças de até 10 anos em automóveis. Segundo a parlamentar, o primeiro é um projeto de lei que institui a fixação de cartazes em escolas, hospitais e postos de saúde, no sentido de explicar sobre medidas de segurança na condução de crianças. O segundo projeto, conforme explicou, de indicação, que solicita ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran), o patrocínio de campanha educativa sobre o uso do cinto de segurança, ressaltando que, o trabalho deve ser feito em escola através de palestras e apresentação das medidas de segurança em outdoors. Ao salientar a importância de saber como transportar corretamente seus filhos para evitar acidentes, frisou que, entre as medidas que devem ser adotadas é sempre exigir que o menor de 10 anos ande no banco detrás, alertando que o uso de assentos especiais é obrigatório para crianças de até sete anos e meio. Finalizou, destacando também matéria do Diário do Nordeste que informa que as multas de trânsito, pela falta do cinto de segurança aumentaram no Estado, com um montante de 43 mil infrações neste ano, em veículos nos quais o condutor ou o passageiro estavam sem o cinto.
- 3.º Orador Deputado Ely Aguiar. Prestou solidariedade com os servidores do Tribunal de Contas do Município (TCM) após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve a extinção do órgão aprovada na Assembleia Legislativa, ressaltando seu voto contrário a extinção do órgão, por entender a necessidade de fiscalizar a gestão pública em um país como o nosso. O deputado, afirmou ainda, que os gestores públicos desonestos que têm predisposição de saquear os cofres públicos "estão batendo palmas e soltando fogos" pela extinção do órgão fiscalizador. Para o parlamentar, a medida foi uma ato de vingança. Salientou, ainda, esperar que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) seja estruturado para atender as demandas, complementando acreditar que muitos processos irão prescrever, especialmente a curto prazo. O deputado criticou também, o projeto em tramitação na Assembleia Legislativa sobre a organização judiciária do Ceará, proposto pelo Tribunal de Justiça (TJ-CE). Conforme o parlamentar, a reforma vai causar uma sobrecarga no sistema judiciário, insegurança jurídica e o fortalecimento da certeza da impunidade.

4

ATA DA 135º (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

- 4.º Orador Deputado Ferreira Aragão. Destacou a realização da "Feira do Conhecimento Ciência, Tecnologia, Inovação e Negócios", promovida pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado (Secitece), que acontece no Centro de Eventos do Ceará, reunindo empresas, governo e comunidade, apresentando o conhecimento produzido no Estado nas áreas de ciências e tecnologia. Na avaliação do deputado, o investimento na capacidade criativa do cearense é um excelente indutor para o desenvolvimento do Estado. Para o parlamentar, é necessário acreditar e estimular a capacidade do cearense de inventar e de criar para se obter bons resultados, e com a feira, certamente os jovens cearenses vão ficar inspirados a apresentarem boas ideias que ajudem no progresso do Estado do Ceará.
- 5.º Orador Deputado Heitor Férrer. Avaliou a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade contra a extinção do órgão, aprovada pelo Legislativo estadual. De acordo com o legislador, a extinção do tribunal, significará em uma economia anual de R\$ 44 milhões para os cofres públicos estaduais, sem prejuízo à fiscalização de câmaras municipais, acentuando que os servidores, mobiliários e documentos foram transferidos para o TCE, portanto, não haverá solução de continuidade na avaliação dos processos em tramitação. O Deputado explicou também, que o Ceará era "um ponto fora da curva", com a manutenção de dois tribunais de contas, quando 23 dos 26 estados do País possuem apenas uma Corte de contas, acrescentando que tem a "absoluta convicção" de que fez a coisa certa ao propor a extinção do TCM, e que a história irá fazer justiça a esta medida.

ORDEM DO DIA

Estiveram presentes à Ordem do Dia os Senhores Deputados que registraram suas presenças.

Não houve matéria para deliberar.

Pediram Pela Ordem os Senhores Deputados: Sérgio Aguiar, Yuri Guerra, Leonardo Araújo, Dra. Silvana, Odilon Aguiar e Heitor Férrer.

SEGUNDO EXPEDIENTE

Não houve oradores.

TEMPO DE LIDERANÇA

Não houve oradores.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

Não houve oradores.

Encontrava-se em Missão Oficial o Senhor Presidente, Deputado José Albuquerque (1).

Encontravam-se em Missão Especial o Senhores Deputados: João Jaime, Robério Monteiro, Aderlânia Noronha, Agenor Neto, Antônio Granja, Bethrose, Bruno Gonçalves, Capitão Wagner, Carlos Matos, Danniel Oliveira, Elmano Freitas, Fernando Hugo, Leonardo Pinheiro, Mirian Sobreira, Nizo Costa, Osmar Baquit e Roberto Mesquita(17).

ATA DA 135° (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEM<u>H</u>LEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.



Foram justificadas as ausências dos Senhores Deputados: Lucílvio Girão e Walter Cavalcante (2).

Nada mais havendo a tratar, a Senhor Presidente, Deputado Joaquim Noronha, declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.

Foi levantada a Sessão.	
	_PRESIDENTE
1 / 1	Dep. José Albuquerque
	_1.ºVICE-PRESIDENTE
	Dep. Tin Gomes
	Dep. 111 Gomes
ry	_2.°VICE-PRESIDENTE
A - 1	Dep. Manoel Duca
	4.000.00
	_1.ºSECRETÁRIO
	Dep. Audic Mota
	_2.°SECRETÁRIO
	Dep. João Jaime
	3.ºSECRETÁRIA (Em exercício)
	Dep. Augusta Brito
	~~ P. vargusta Dittu
	_4. SECRETÁRIO (Em exercício)
	Dep. Robério Monteiro
	Foi levantada a Sestão.



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Os Deputados *in fine* assinados vêm à presença de V. Exa., em atendimento ao art. 321, *caput* do Regimento Interno, indicar Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, brasileiro, casado, graduado em Direito, Ciências Contábeis e Administração, inscrito no CPF sob o nº 325.384.726-87, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, na vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto, de provimento por escolha do Poder Legislativo, na forma do art. 71, § 1º e seus incisos e § 2º, inciso II do Constituição do Estado do Ceará, que disciplina a ordem de provimento.

Acompanham a presente indicação o *Curriculum Vitae* do indicado e as comprovações correspondentes, conforme preceituam os §§ 1° e 2° do art. 321 do Regimento Interno.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 31 de outubro de 2017.

ass thankens &

อ 1 NOV. 2017

PRESIDENCIA A

7 de 118

8 de 118



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

do Estado	o do Ceará
Baub	Ma trest
Ale 2	Allud
Ranon Ribeina.	Brumpopese
Jahra a	
Show Olun Ly	e lumi l'IM
Minecoelohuic	Jackso.
- ZahPpp	Mulhaceeuk)
Mouser Bry	All
Jeonne 1 - mg	KA()
Indicação Ernesto Sabora de Figueiredo Junior para ocupado (Potendo do Coprá	ar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas
do Estado do Ceará	Far Mig



	en na na ma en
~~~~~~~~~~	
	***************************************
~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~	
~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~	
~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~	

Indicação Ernesto Saboia de Figueiredo Junior para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Ernesto Saboia de Figueiredo Junior

CURRICULUM VITAE

1- DADOS PESSOAIS:

Nome:

ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

Nascimento:

01/11/1956

Cidade:

Fortaleza – CE

Nacionalidade:

Brasileira

Estado Civil:

Casado

Filiação:

Ernesto Saboia de Figueiredo

Albetiza Aguiar de Figueiredo

2- FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Direito: Universidade de Fortaleza UNIFOR (Graduação – 2005);
- Ciências Contábeis: Universidade de Fortaleza UNIFOR (Graduação – 2002);
- Administração: Universidade de Fortaleza UNIFOR (Graduação – 1983);
- Tecnologia em Processamento de Dados: Universidade Federal do Ceará-UFC (1977 1978);
- Curso de Análise de Sistemas: IBM/Brasil 1978
- MBA Governança Corporativa e Avaliação de Empresas:
 BI International (São Paulo SP) 2011-2014

3- FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

(CURSOS, SEMINÁRIOS, PALESTRAS, NAS SEGUINTES ÁREAS)

- · Reforma do Estado;
- Administração Pública;
- Finanças Públicas; Transparência;
- Informática Pública;
- Informática Jurídica;

- Tecnologia da Informação;
- Administração de Empresas;
- Ciências Contábeis;
- · Direito;
- Auditoria Pública;
- Controle Social
- Governança Corporativa (IBGC)

4- FORMAÇÃO COMPLEMENTAR:

- Associado ao IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde
- 2010:
- Curso para Conselheiros de Administração IBGC (turma 27) (2010);
- Curso Governança para Fundações e Institutos Empresariais (2011);
- Participação em Palestras mensais do IBGC(2011-2014);
- Congressos IBGC (2010-2015);
- China & Brasil The Future Program, Shanghai Jiaotong University (OUT/2012)
- Shanghai China;
- Politics Of International Relations and Economy, The John Hopkins University
- (DEZ/2012) Wasington DC USA;
- The Berkeley-Brasil Inovation Program, U C Berkeley School of Information
- (NOV/2013) Berkeley CA USA;
- Babson International Program for the Development of Entrepreneurs, Executives
- and Shareholders, Babson Colege (NOV/2013) Boston MA USA;
- Managing Macroeconomic Risk In Emerging Markets Program, School of
- International and Public Affairs, Columbia University (NOV/2014)
- NYC-NY-USA;
- Compliance, Insper (MAR/2016), São Paulo SP BR
- Mentoria Estratégica, Criative Learing Institute (FEV/2017), São Paulo SP-BR

5- TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E ELOGIOS:

- Medalha do Mérito Policial Militar Maio/1995
- Elogio na Carta aos Cearenses de autoria do então Governador Tasso Jereissati – Fevereiro/2003
- Título de Cidadania Sobralense Maio/2009
- Escolhido entre os 30 Cearenses Mais Influentes pela Revista FALE Versão 2010 — Maio/2010.

6- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Órgão: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará -TCM

- Conselheiro à partir de 16/03/1999 (Atual)
- Vice-Presidente (2003 2004
- Membro da Comissão de Legislação, Doutrina e Jurisprudência (2001-2002)
- Presidente do Tribunal 2007 2010
- Presidente da Comissão de Legislação, Doutrina e Jurisprudência
- Presidente da Segunda Câmara
- Vice-Presidente (2015-2016)

Principais realizações no período:

- Realinhamento Estratégico: Definição da Missão e Visão, Focos Estratégicos e Objetivos Estratégicos da Instituição;
- · Redesenho da Estrutura Organizacional;
- Implantação de Novas Metodologias de Trabalho (a exemplo: Planejamento participativo, monitoramento de resultados, gerenciamento da rotina);
- Implantação do Comitê Gestor;
- Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
- Implantação da remuneração variável por produtividade;
- Implantação da Escola de Contas e Gestão;
- Incentivo ao Controle Social das Contas Públicas através de Seminários em todos os 184 Municípios do Estado;
- Realização do Curso de Controle Social das Contas Públicas Municipais para 35.000 alunos (curso à distância);
- Implantação do Fale com o Presidente;
- Implantação do Portal da Transparência dos Municípios do Ceará;
- Disponibilização da base de dados municipais no formato de dados abertos através de WebService;
- Construção da nova sede do TCM-CE com 7.800 m.2.
- Conquista de três prêmios estaduais na área de gestão pública e TI;
- Conquista de prêmio nacional (eGov) na área de TI,

 Órgão: Secretaria da Administração do Estado do Ceará (Fortaleza-CE)

Cargo: Secretário de Estado Governo Tasso Jereissati Período: 01/01/95 a 16/03/99

Principais realizações no período:

- Realinhamento Estratégico: Definição da Missão e Visão, Focos Estratégicos e Objetivos Estratégicos da Instituição;
- Participação no Projeto da Reforma Administrativa e da providência aprovado pelo Congresso Nacional;
- Adequação da Estrutura da Administração estadual às diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Estado;
- Redesenho da Estrutura Organizacional incluindo fechamento de órgãos que desempenhavam atividades que não alinhados com as funções do Estado moderno;
- Implantação de Novas Metodologias de Trabalho (a exemplo: Planejamento participativo, monitoramento de resultados, gerenciamento da rotina);
- Implantação do Portal GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ;
 - Gestão de Recursos Humanos:
 - Implantação do Plano de Cargos e Carreiras PCC S
 - Racionalização e Agilização do Sistema de Aposentadoria;
 - Monitoramento da Folha de Pagamento,
 - Capacitação do Servidor Público:
 - Implantação da Diretoria de Desenvolvimento e Capacitação;
 - Ofertado 43.000 oportunidades de capacitação
 - Reforma do Estado:

- Reestruturação e Fusão de Órgãos/Entidades Públicas
- Incentivo à Criação de Organizações Sociais Lei Nº 12.782,
 de 30/12/97;
- Instituto de Desenvolvimento do Trabalho IDT;
- Instituto de Arte e Cultura do Ceará IACC;
- Outras Ações pertinentes à Reforma do Estado:
 - Impressão Eletrônica do Diário Oficial do Estado;
 - Diário Oficial do Estado disponível na INTERNET;
 - Sistema de Protocolo Único disponível na INTERNET;
 - Sistema de Controle das Licitações do Estado, disponível na INTERNET;
 - Implantação do Sistema Catálogo de Serviços na INTERNET;
 - Implantação do Sistema da Garantia da Qualidade na SEAD, obtendo a certificação ISO 9002 do Processo de Produção do novo Diário Oficial do Estado

Entidade: Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará -

SEPROCE (Fortaleza-CE)

Governo Ciro Gomes

Cargo:

Presidente

Período:

30/04/91 - 30/12/94

Principais realizações no período:

- Reestruturação das áreas Organização e Métodos e Análise de Sistemas;
- Implantação do Sistema Integrado de Controle Orçamentário, Contábil e Financeiro;
- Implantação do Sistema Integrado de Licitação;
- Implantação da Central de Atendimento ao Usuário;

- Descentralização dos serviços da Secretaria da Fazenda do Estado;
- Implantação do Sistema Especialista Eletrônico de Fiscalização;

Instituição:

Grupo C. Rolim (Fortaleza-CE)

Cargo:

Gerente de Informática / Analista Consultor

Período:

15/08/88 - 22/04/91

Atuações:

- Implantação do Centro de Processamento da Dados da CRASA;
- Reorganização do Centro de Processamento da Dados C. Rolim -

Tecidos;

Reorganização do Centro de Processamento de Dados C. Rolim -Casa Pio Calçados

Instituição: CIA de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

(São Paulo-SP)

Cargo:

Analista de Sistemas

Período:

02/05/85 - 30/09/87

Atuação:

- Atendimento ao Poder Legislativo
 - Sistema de Tramitação de Materiais;
 - Banco de Dados de Legislação Estadual;
 - Analista de Ligação PRODASEN / Assembléia Legislativa de São Paulo - ALESP;
 - Transferência de Sistemas PRODASEN/ALESP
- Atendimento do Poder Judiciário:
 - Sistema de Distribuição de Feitos Tribunal de Alçada Criminal - SP

Instituição: Rede Ferroviária Federal S/A (São Paulo-SP)

Cargo:

Analista de Sistemas

Período:

06/07/84 - 24/04/85

Atuação:

- Sistema Contábil;
- Sistema de Folha de Pagamento;
- Sistema de Materiais/Patrimônio

Instituição: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

(Fortaleza-CE)

Cargo: Programador/Analista de Sistemas

Período: 23/01/80 – 02/07/84

Atuação:

Suporte a software;

- Sistema de Acompanhamento de Projetos;
- Sistema Contábil;
- Sistema Folha de Pagamento

Instituição: Açominas Gerais S/A (Belo Horizonte-MG)

Cargo: Programador de Computador

Período: 01/03/78 – 10/01/80

Atuação:

Sistema Contábil

• Sistema Folha de Pagamento

Instituição: Banco do Nordeste do Brasil S/A (Fortaleza-CE)

Cargo: Estagiário

Período: 23/12/74 – 31/12/75

Atuação:

- Departamento de Recursos Humanos;
- Departamento de Organização e Processamento;
- Controle de Qualidade Digitação

Formação Acadêmica



JNIVERSIDADE DE FORTALEZA FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ

Reconhecida pela Portaria Nº 350 de 12.08.83 - D.O.U de 18.08.83 CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS O Reitor da UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a concilusão de Curso de Graduação, confere o título de BACHAREL EMDIREITO a

Ernesto Saboia de Figuettedo Junior

in a saftin de que possa gozar ogativas legais. e outorga-lhe ovoltasentes

Fortaleza, 08 de agosto de 2006

Diplomado



JNIVERSIDADE DE FORTALEZA FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ

Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 380 de 12.08.83 - D.O.U de 18.08.83

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

O Reitor da UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão de Curso de Graduação, confere o título de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS a

Ernesto Saboia de Figueiredo Junior

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prefrogativas legais. Fortaleza, 13 de janeiro de 2003

Direndr do/Cenß

PHEVERSIDADE DE FORTALEZA PUNDALAN EDSON OLUHROZ

VIA 3<u>a</u>

The first probability of the state of the st

O Reissa da ONIVERSIOADE DE FORTALEZA, secues de suas arribuições, tendo entvista a conclusão do

ADMINISTRAÇÃO

no dia 07 de

ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JUNIOR

de nacionalidade brasileira

nascido(a) em 01

expædida pelo(a) SSP=CE

connection presente DIPLOMA par cipe per create become prenegations legate.

janeiro

21 de 118

PAG 001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA PRO-REITORIA DE GRADUACAO

HIȘTORICO ESCOLAR

Emitido em 07AGO2000-14:25

Aluno: 7703740 ERNESTO SABOIA DE F. JUNIOR Curso: 62 PROCESSAMENTO DE DADOS Modal/Hab: A PROCESSAMENTO DE DADOS

BRASIL SSP Data de Nascimento: 01JAN1901 Filiacao: Estado Civil: SOLT Naturalidade: Nacionalidade: BRASIL Carteira de Identidade: RG

carceira de identidade: RG 0 SSP

Curso: 62 PROCESSAMENTO DE DADOS Modal/Hab: A PROCESSAMENTO DE DADOS Nivel: GRADUACAO Reconhecimento: DEC 82353 DE 02/10/78 DOU 03/10/78 PAG 16004
Ingresso em 1977.1 por VESTIBULAR
Saida em 1980.2 por INTERRUPCAO
Curriculo: 0000.1 Status Atual: CANCELADO

Disciplinas e Creditos

	***************************************	**************						
AnoSem! Disciplina	olina	! Tur! Status	! Freq! Nota	Freq! Nota! Resultado	Cred	Aula	Lab	Esti
11977.11 CK021 ! CK035 ! CK041 ! CK041 ! CK050	ELEMENTOS DE MATEMATICA I INTRODUCAO AO PROCESSAMENTO DE DADOS LINGUAGEM DE PROGRAMACAO I NOCOES DE LOGICA E APLICACOES INGLES TECNICO I	A CURSADO A CURSADO A CURSADO A CURSADO A CURSADO	100 REG 100 REG 100 REG 100 REG 100 BOM	I APROVADO I APROVADO I APROVADO I APROVADO I APROVADO	4,0 1 4,0 1 2,0 1 6,0	30 45 30 30	30 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	: 00000
11977.21 CC134 1 CK022 1 CK036 1 CK042 1 CK042	FUNDAMENTOS DE ESTATISTICA ELEMENTOS DE MATEMATICA II LABORATORIO DE PROGRAMACAO I LINGUAGEM DE PROGRAMACAO II	A CONCLUIDO A CONCLUIDO A TRANCADO A CURSADO A CONCLUIDO	1 0 1 INS 0 1 INS 0 1 INS 1 0 1 REG 1 100 1 REG	I REPROV FREQ I REPROV FREQ I APROVADO I REPROV FREQ	6,0	90 90 00 45 30	45 45 00 00 00	; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ;
11980.11 CK071	SOFTWARE BASICO TECNICAS DE PROGRAMACÃO	A CONCLUIDO A CONCLUIDO	; 0 ; FAL ; 0 ; FAL	I REPROV FREQ	1 6,0	60 45	30	100
11980.2! CK016 ! CK023 ! CK036	COMPUTADOR E SOCIEDADE ELEMENTOS DE MATEMATICA II LABORATORIO DE PROGRAMACAO I SEMINARIO II	A CURSADO A CONCLUIDO A CONCLUIDO A CONCLUIDO	100 BOM 0 FAL 0	APROVADO REPROV FREQ REPROV FREQ	4,0	000	45	: 5555

CEARA	Ç
20	IAC A
FEDERAL	DE GRADI
GNIVER TOADE FEDERAL DO CI	PRO-REITORIA

HISTORICO ESCOLAR

- Phu but

Emitido em 07AGO2000-14:25

j

Disciplinas e Creditos

	***************************************		. , , . , . ,		,,,,		
AnoSem! Disciplina	! Tur! Status	! Freq! Nota ! Resultado			Aula	ab la	Sti
				•	:		;
		,				;	:
! TOTAL INTEGRALIZADO				30,0	30,0 360 90	90	io

ATENCAO: O aluno deve conferir seu historico escolar e reclamar imediatamente

Formação Profissional



ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMÉNTO E CAPACITAÇÃO

CERTIFICADO

Produtividade realizado no período de 27 e 28/11 de 1995 com carga participou do Seminário de Motivação para Mudança - Jornadas de A Diretoria de Desenvolvimento e Capacitação certifica que horária de 12 horas, ministrado pelo Facilitador Francisco H. Gómez. Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior

Fortaleza, 28 de novembro de 1995

Kach's Colles

Rosélia Maria Brasileiro Coelho Diretor da Diretoria de Desenvolvimento e Capacitação

| Mariµ Sydenia Coelho Sampaio Gerente do Departamento de Planejamento

e Avaliação

25 de 118



ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CENTRO DE ESTUDOS E TREINAMENTO — CETREI —

Certificamos que ERNESTO SABOTA

assistiu

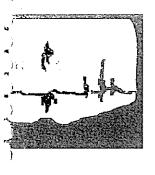
ao debate sob o título "A REFORMA CONSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" no CENTRO DE

1995 de setembro de 29 ESTUDOS E TREINAMENTO, da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 🕠 no dia

Fortaleza, 29 de setembro de 1995

PHOCURABOR GERAL DO ESTADO LUIZ DJALMA BARBOSA BEZERRA PINTO

PROCURADOR CHEFE DO CETREI CÉSAR OLIVEIRA DE BARROS LEAL



PELO PRESENTE

CERTIFICADO

ERNESTO S. FIGUEIREDO JR. DECLARAMOS QUE.

PARTICIPOU, NA

QUALIDADE DE_

CONGRESSISTA

DA 9º FEIRA E CONGRESSO

INTERNACIONAIS DO SOFTWARE, HARDWARE

e Serviços de Informática

17 A 21 DE JULHO DE 1995.

SÃO PAULO, 21 DE JULHO DE 1995.

FENASOFT FEIRAS COMERCIAIS LTDA



ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CENTRO DE ESTUDOS E TREINAMENTO - CETREI -

Certificamos que ERNESTO SABOLA

participou do debate

no CENTRO DE NOMEAÇÃO SEM CONCURSO: RESPONSABILIDADE CRIMINAL DO ADMINISTRADOR,

no dia 02 de junho de 1995 ESTUDOS E TREINAMENTO, da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 🚣

de junho de 1995

02

Fortaleza,

PROCURADOR GERAL DO ESTADO
LUIZ DJALMA BARBOSA BEZERRA FINTO

Cher Churade Germo Ga PROCURADOR CHEFE DO CETREI

CÉSAR OLIVEIRA DE BARROS LEAL

Tribunal de contas do estado de são paulo

Conferido a(o) DR. ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO

JÚNIOR pela sua participação no "ENCONTRO DOS TRIBUNAIS

DE CONTAS DO BRASIL.; realizado em São Paulo, no período de 18 a 20 de agosto de 1999.

São Paulo, 20 de agosto de 1999

EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO

Conselheiro Presidente









associação brasação das Eupresas Estadais de processauento de dados

Promoção:

ERNESTO DE FIGUEIREDO JUNIOR Certificamos, para os devidos fins, que

participou do 24º Seminário Nacional de Informática Pública, realizado na cidade de Florianópolis/SC, no período de 23 a 25 de outubro de 1996, na qualidade de

membro efetivo.

Florianópolis, 25 de outubro de 1996.

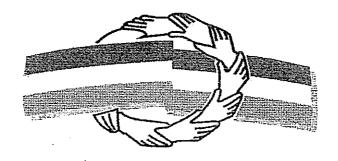
Jorge Calmon de. M. Bittencourt F⁹ President & ABEP

Ivo Vanderlinde Presidente do CIASC

30 de 118







CERTIFICADO

Certificamos que

ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR.

Participou do XXIX FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E I ENCONTRO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS E PROVÍNCIAS ARGENTINAS, nos dias 02 e 03 de Outubro de 1997, no Palácio Iguaçu, na cidade de Guritiba, Paraná, na qualidade de PARTICIPANTE

Curitiba, 03 de Outubro de 1997.

Reinhold Stephanes Junior

Secretário de Estado da Administração do Paraná

José Luiz Celestino de Oliveira Presidente do Fórum

33 de 118



FUNDAÇÃO CHRISTIANO OTTONI

ESCOLA DE ENGENHARIA Universidade Federal de Minas Gerais



ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR

participou com assiduidade do

GPD - FAIXA BRANCA - PLANEJAMENTO ANUAL E ORGANIZAÇÃO

realizado em FORTALEZA, CE

, no(s) dia(s) 24 a 26/11/97

com duração de 24 (vinte e quatro) horas-aula, tendo sido legionada

a matéria constante no programa anexo.

FORTALEZA

.26 de

novembro de 199 7

Prof. Dr. José Martins de Godoy Coordenador

Prof. Dr. Aécio Freitas Lira Superintendente

REGISTRO Nº 091851.A

DATA: 17/1/21017 LIVRO: SA PÁG: 2768

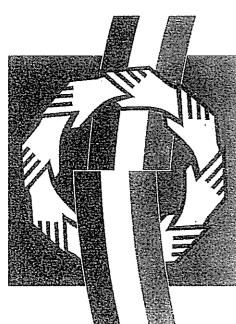
Projeto "GQT - Gestão pela Qualidade Total"

Belo Horizonte - Rua Espírito Santo, 35 - 3º andar - sala 323 - CEP 30160.030 - Tel: (031) 238.1824 - 238.1825 - Fax: (031) 222.4006 - 222.6340

São Paulo - Rua Alexandre Dumas, 2200 - 4º andar - CEP 04717.910 - Tel: (011) 5182.9919 - 5182.9853 - Fax: (011) 5182.0885

Salvador - Rua Antônio Monteiro, 134 - sala 309 - 41840.200 - Tel: (071) 359.1505 - Fax: (071) 351.3133

Porto Alegre - Avenida Padre Cacique, 320 - 5º andar - Menino Deus - CEP 90810.240 - Telefax: (051) 233.5995 - 231.4663



XXXI FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICADO

Certificamos que Ernesto Saboia de Figueredo Juníor

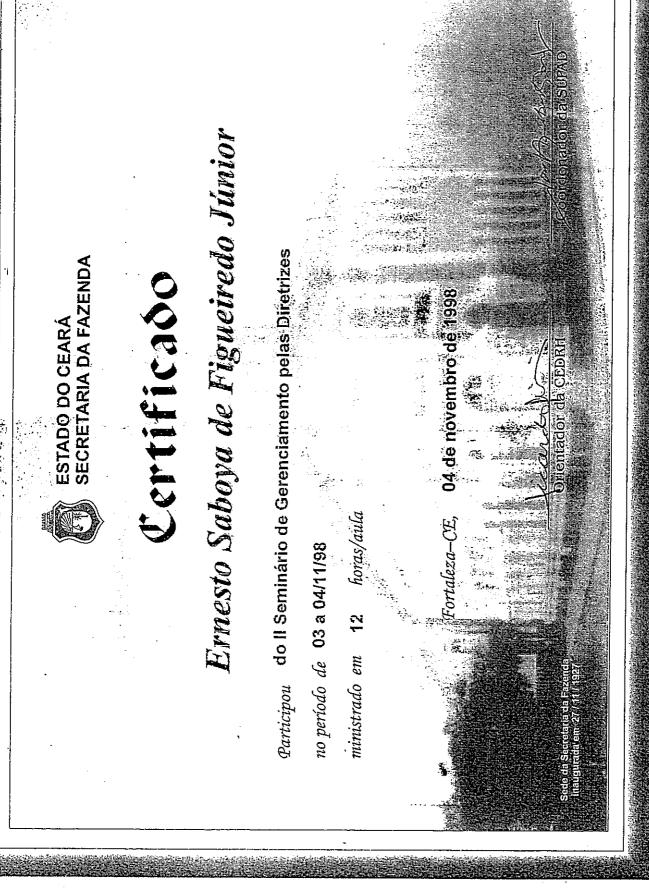
participou do XXXI FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO realizado na cidade de João Pessoa/PB, nos dias 4, 5 e 6 de março de 1998.

João Pessoa, 6 de março de 1998

Antônio Fernandes Neto

(Secretário da Administração do Estado da Paraíba)

José Luiz Celestino de Oliveira (Présidente do Fórum)





MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO CONSELHO DE REFORMA DO ESTADO

Certificado

Participação no Seminário Internacional: Sociedade e Reforma do Estado - 26, 27 e 28 de março de 1998,

ERNESTO SABOIA DE F. JUNIOR

São Paulo, 28 de Março de 1998

May

Presidente do Conselho de Reforma do Estado

Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado

II CONVENÇÃO ESTADUAL DOS JOVENS EMPRESÁRIOS

Conferimos o seguinte certificado a ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

por ter participado efetivamente da

I CONVENÇÃO ESTADUAL DOS JOVENS ENPRESARIOS

realizada em Fortaleza, no Auditório da FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, nos dias 04 e 05 de dezembro de 1998.



Eduardo Diogo Coordenador Geral ENPRESÁRIO

IDERANDO O FUTURC





Certificado

pela sua participação no XX Congresso dos Tribunais de Contas do ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JUNIOR Conferido a

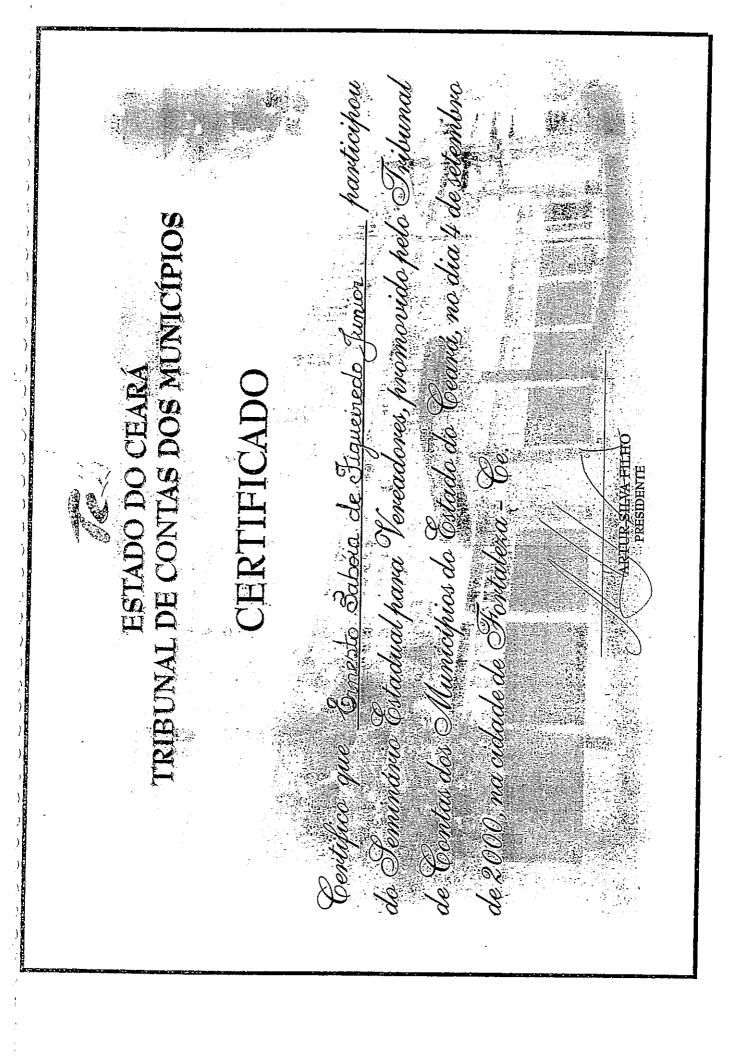
Brasil-Conferência Internacional, vealizado em Fortaleza - Ceará

- Brasil, no período de 12 a 15 de outubro de 1999.

Fortaleza, 15 de outubro de 1999

Luís Alexandré A Figueiredo de P. Pessoa Présidente - TCE-Ce

Arthh Silva Filho Presidente - TCM-Ce

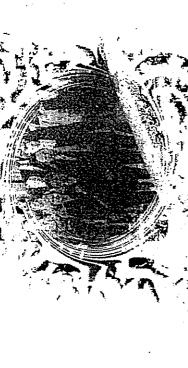


Orientação, evento realizad de 2001 na cidade d DOS MUNICÍPIOS REAZENDA S DO ESTADO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DOS N SECRETARIA DA FAZE

entação, evento ESTADO DO CEARÁ
NAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
SEGRETARIA DA HAZENDA
DOS INTERETOS DO ESTADO DO CEARÁ

ação, evento realiza TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIÓS SEGNETARIA DA FAZENDA novembro participação no





IV SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ "ASPECTOS CONTÁBEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

Certificamos que ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR

Participou do IV Seminário de Contabilidade Pública do Estado do Ceaná, realizado em Fortaleza, no dia 02 de dexembro de 2003,

com a canga horánia de 8 horas.

AMANDIO FERREIRA DOS SANTOS PRESIDENTE CRC, CE

OSÓRIO CAVALCANTE ARAÚJO PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA



Brasil 2003 - 15 anos da Constituição de 1988

A Fundação Paulo Bonavides certifica que

ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

participou do

Congresso Brasil 2003 - 15 anos da Constituição de 1988

realizado de 10 a 13 de junho de 2003, no Hotel Vila Galé, em Fortaleza - CE

Fortaleza, 13 de junho de 2003

Prof. Paulo Francisco Banhos Ponte Presidente da Fundação Paulo Bonavides

25 HORAS











Certificado

A InterNews Comunicação Empresarial e Editora certifica que

Ernesto Sabóia de Figueiredo Junior

participou do seminário

Mercado de Crédito de Carbono

realizado no dia 2 de abril de 2004, no Pergamon Hotel em São Paulo, das 14h00 às 18h00.

São Paulo, 2 de abril de 2004

Generallo Cluriza C Armando Ourique Director

Realização

INTERNEWS

a ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

pela sua participação

no Seminário: Parcerias Público-Privadas e as Licitações

realizado em Fortaleza, nos dias 22 e 23 de Março de 2004

com carga horária de 18 horas-aula

Curitiba, 23 de Março de 2004

Miriam Ledur/Gulmarães

A

Consultoria e Treinamentos Ltda.

SACONDE FURCIONAL OUR OURINAS AC CUMAS

Certificado

participou do Encontro Nacional dos Fillunais de Contas, realizado em Tortaleza, nospeuado de 23 a 25 de junho de 2004, por-acasião das

50 anos do Evibunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.

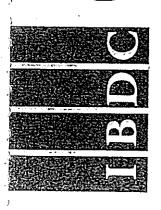
Fortaleza, 25 de junho de 2004.

heiro Luia Sérgio Gadelha Vieira esidente do TEM-Ceans

Presidente da Atricon Conselheiro Carlos Finna

50 Anos do Fibunal de Contas dos Municípios do Estado do Cear

Ernesto Sabóia de Figueiredo Junior, carense, realizado no período de 08 a 10 Secretário Geral da Comissão Organizadora Francisco Suehon Bastos Mota do I Encontro da Justiça Cearense Justica Cearense Fortaleza, 10 de desembro de 2004. Orthitals. de dezembro de 2004, com cauga ponária de 20 hoñas. Procedure da Common Andrews participou do I Encontro da Justica Certificamos que Desembargadorffoão de Deus Barros Bringel Presidesse do Tribunal de Justiça lo Estado do Ceará



CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREIT® CONSTITUCIONAL

"O Direito Constitucional do Século XXI"

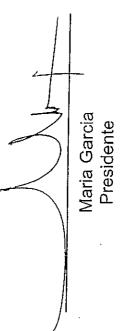
Dias: 19, 20 e 21 de Maio de 2005 - São Paulo, SP

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

certifica que

ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

no Centro de Convenções do Crowne Plaza Hotel, perfazendo a carga horária de 18 horas. "O Direito Constitucional do Século XXI", realizado nos dias 19, 20 e 21 de Maio de 2005, participou do XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL



Roberto Rosas Diretor-Geral





Pertificamos que Ernesto Saboya de Figueredo Junior participou como palestrante do Seminário que discutiu sobre o Sistema de Fiscalização e Controle das Contas Públicas, realizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em conjunto com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP.

Fortaleza, 19 de abril de 2007

Deputado/Stuio Pontes Testilente do Comissão de Fisco

Certificamos que

Ernesto Sabodia de Figueiredo Junior

Melhores Práticas em Gestão Governamental, realizado em Brasília - DF, participou do 1º Simpósio Internacional PricewaterhouseCoopers no período de 26 e 27 de setembro de 2007.

Melhores Práticas em Gestão Governamental

1° Simpósio Internacional PricewaterhouseCoopers

Brasília, 27 de setembro de 2007.

PricewaterhouseCoopers Paulo Miron - Sócio PRICEVIATERHOUSE COPERS [10]

Contentiors of Conselheiro-Presidente ernestionale sontentale de la contentacional de la contentación de la Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2007



Chris Anderson Michael Eisner Pankaj Ghemawat Patrick Sweeney João Carlos Martins

■ Michael Porter ■ Anne Mulcahy ■ Kevin Roberts

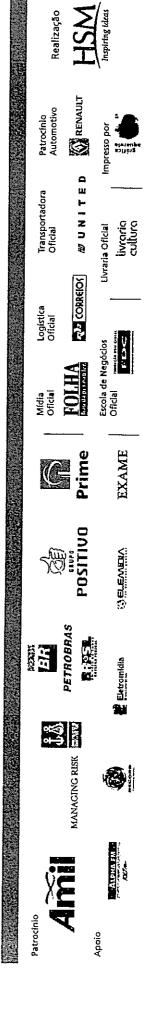
Antonio Delfim Netto B Alan Greenspan Ray Kurzweil Joseph Coughlin Juan Enriquez

Certificamos que

ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR

participou da **ExpoManagement 2007**, realizada em São Paulo nos dias 5, 6 e 7 de novembro.







TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO ISO 9001

ERTIFICADO

participou do IX Seminário Nacional TCMSP – "Educação - Avaliação da Qualidade dos Gastos e Criação de Indicadores de Desempenho", promovido pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no período de 08/08/2007 até 10/08/2007, com carga horária de 16 Certificamos que ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JUNIOR, horas.

São Paulo, 10 de agosto de 2007.

Antonio Carlos Caruso

Conselheiro Presidente

ODDJIIIOI ODDJIIIOI

Certificamos que o Sr. Ernesto Sabóia de Figueiredo Fortalecendo o Controle Social", no Curso de Direito "TCM Junior proferiu a palestra com o Tema: realizada no dia 10 de novembro de 2008.

E INTEGRADA DO CEARA

Fortaleza, 10 de novembro de 2008.

Ana Flávia Alcânfan Robe Chaus Diretora Geral



Oertifical)

VEUNCONTRO DO COLÉCIO DE CORRECEDORES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Certificamos que

ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR

Participou do ENCONTRO ANUAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL, realizado em Fortaleza-Ceará, nos dias 06 e 07 de novembro de 2008.

Who will alle

Conselheiro Valdomiro Távora de Castro Júnior TCE - CE



ABRACOM ASSOCIADO BANKEEN A COM POST TRANSPASS DE COM PROPERTIEM DE LA COMPANS DE LA C





Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira

TCM - CE









controle social" no Il Expressão Católica, evento realizado pela Faculdade Certificamos que Ernesto Saboia ministrou a palestra "O TCM fortalecendo o Católica Rainha do Sertão-Quixadá-CE, no período 24 a 30 de outubro de 2008.

Marcos Augusto Ferreira Nobre Coor. de Extensão e Pesquisa



Certificamos que

ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR

no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo/SP, com carga horária de 24 horas. participou do Congresso no Web ExpoForum nos dias 17, 18 e 19 de março de 2009,

Organisate (Americanum)

CONVERGE
COMUNICAÇÕES



GOVERNMENTAL FINANCIAL MANAGEMENT THE INTERNATIONAL CONSORTIUM ON

Presents this certificate to

Ernesto Sabola

For participating in the

COUNTRY PERSPECTIVES ON PUBLIC FINANCIAL MANAGEMENT DURING GLOBAL ECONOMIC UNCERTAINTY

Held in Miami, FL, U.S.A., on May 18-22, 2009

James R. Ebbitt

Khternational Consortium on Governmental Financial Management President

Yma & Jowell

International Consortium on Governmental Financial Management Executive Director



Certificamos que Granesto Aabáia

proferiu palestra sobre o tema **Controle das Contas Públicas** dentro da programação do Congresso Cearense de Direito Administrativo, realizado em Fortaleza nos dias 12 e 13 de novembro de 2009.

Fortaleza, 13 de novembro de 2009

Presidente do Congresso

Adv. Sabino Henrigue Elpidio de Carvalho Coordenador Executivo

APO10:

ORGANIZAÇÃO:

HEALIZAÇÃO







COLABORAÇÃO ESPECIAL:













CERTIFICADO

O Instituto Rui Barbosa e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo certificam que Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, participou do SEMINÁRIO DO PROMOEX: Projeto de Lei de Qualidade Fiscal (Substitutivo ao PLS 229/09) no período de 22 a 24 de março de 2010, com carga horária de 18 horas.

Presidente do Institkţlo Rui∖Barbo∖sa Conselheiro Severiano José

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Óonselheiro Fulví6 Julíão Biazzi















Certificamos que <u>ERNESTO SABOIA DE</u> FIGUEIREDO JUNIOR

participou do II Encontro Nacional dos

Tribunais de Contas do Brasil - Éti<u>ca,</u>

Transparência e Integração, nos dias 15

e 16 de setembro de 2010, gm Brasília, DF.

Cons. Salomão Ribas Junior Presidente da ATRICON

ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E INTEGRAÇÃO



Cons. Anilcéia Machado Presidente do TC/DF

Organização:



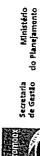
ATRICON



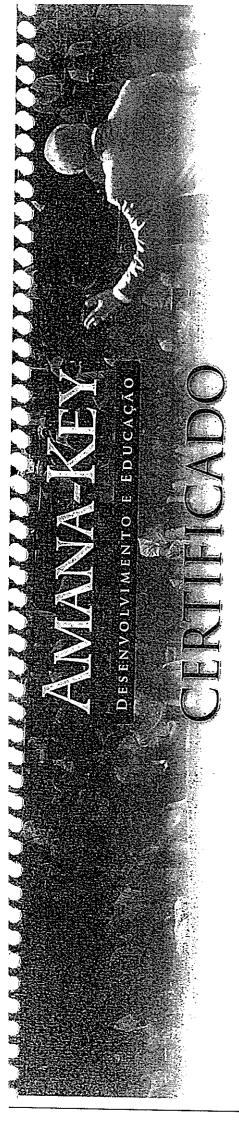










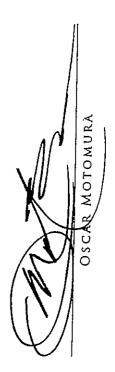


Ernesto Saboia de Figueiredo Junior

Participou integralmente do

Encontro com Michael Sandel

no dia 4 de agosto de 2012, com carga horária de 3 horas e 30 minutos, em Fortaleza, CE.





Formação Complementar

Certificamos que

Ernesto Sabóia de Fiqueiredo Junior

concluiu a 27ª edição do Curso para Conselheiros de Administração, no total de 64 horas-aula, com aproveitamento.

São Paulo, 27 de maio de 2010.

Adriane Cristina dos Santos Almeida

Glelana Rain

Heloisa Belotti Bedicks

SHANGHAI JIAOTONG UNIVERSITAL CENTER OF QUALITY OF MANAGEMENS



China Shanghai China Shanghai

Awards this certificate to

Ernesto Sabóia de Figueiredo Junior

for the completion of Training Course on

China&Brazil-The Future Program

held in Shanghai, China

from October 07 to 14, 2012

organized by

Shanghai Jiaotong University and Shanghai Overseas Technical

Scholarship Association, China

Date: October 14 2012

Liu Jian

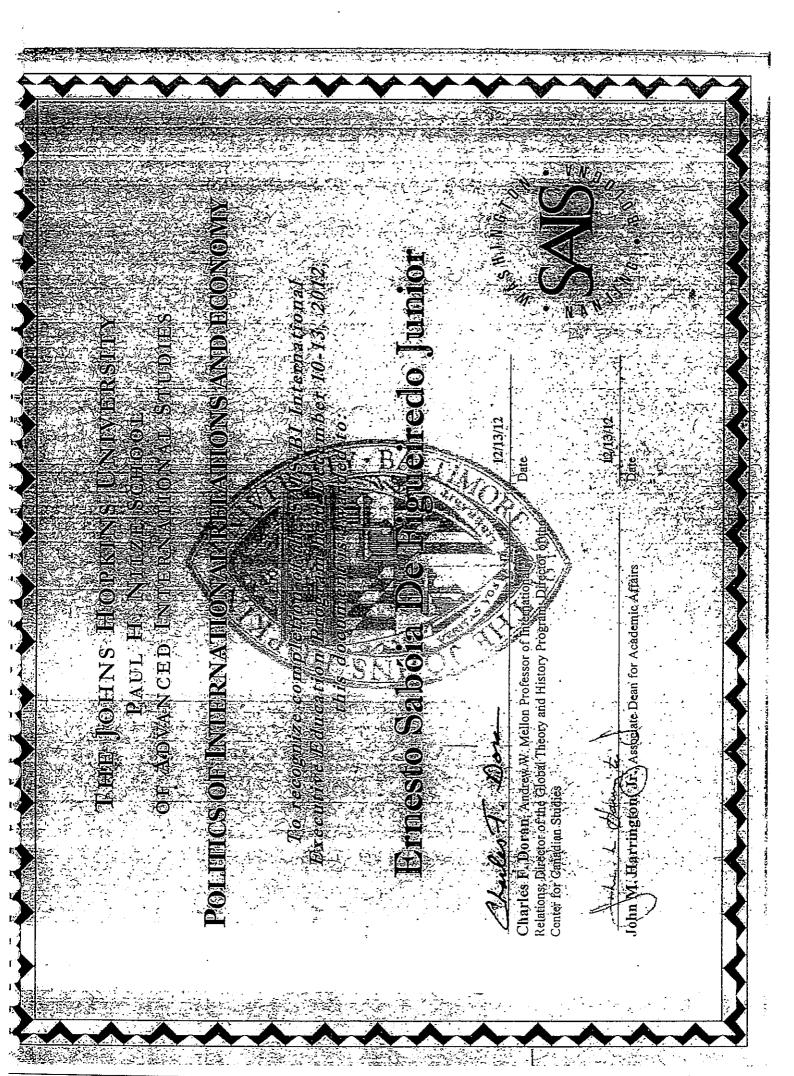
Chairman AOTS (Shanghai) 准数

Xu Zhi Yi

Chairman SJTU-SCQM 具件件

Sheng Huan Ye

Vice Chairman SJTU-SCQM



UC Berkeley School of Information

recognizes

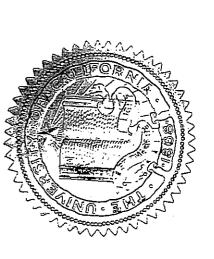
Ernesto Sabóia de Figueiredo Junior

for completion of

The Berkeley-Brazil Innovation Program November 6-8, 2013













Babson College takes pride in presenting this certificate to

Ernesto Sabóia de Figueiredo Junior

for participation in the

Entrepreneurs, Executives and Shareholders Babson International Program for the Development of

November, 2013

Carrie Bayol

Associate Dean, Enterprise Programs Babson Executive and Enterprise Education

Inlian Lange, Ph.D. Faculty Director



COLUMBIA UNIVERSITY

IN THE CITY OF NEW YORK

SCHOOL OF INTERNATIONAL AND PUBLIC AFFAIRS

THIS IS TO CERTIFY THAT

ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREI

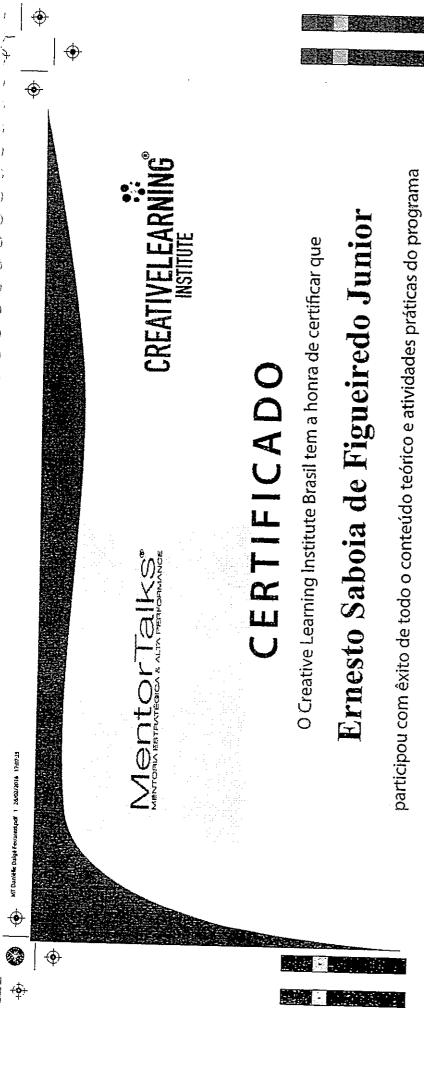
JUNIOR

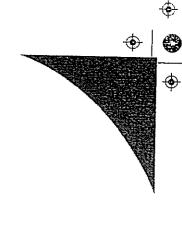
HAS COMPLETED THE BI INTERNATIONAL PROGRAM

Managing Macroeconomic Risk in Emerging Markets Training Program

ساسه لاست

ARVID LUKAUSKAS DIRECTOR, THE PICKER CENTER FOR EXECUTIVE EDUCATION







ocorrido nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 2017, em São Paulo | SP, com duração de 16 horas.

"CERTIFICAÇÃO MENTOR TALKS - MENTORIA ESTRATÉGICA"



Títulos e Condecorações





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ Medalha do Mérito Policial Militar



que dispõe o Decreto Governamental nº 13.116 de 26 de Janeiro de 1979, confere a Medalha do Mérito Policial Militar O Governador do Estado do Ceará, tendo em vista o DR. ERNESTO SABÔIA DE FIGUEIREDO FILHO

como reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Polícia Militar do Ceará.



Fortaleza, 24 de maio de

Governador do Estado do Ceará

Fortaleza, 05 de Fevereiro de 2003

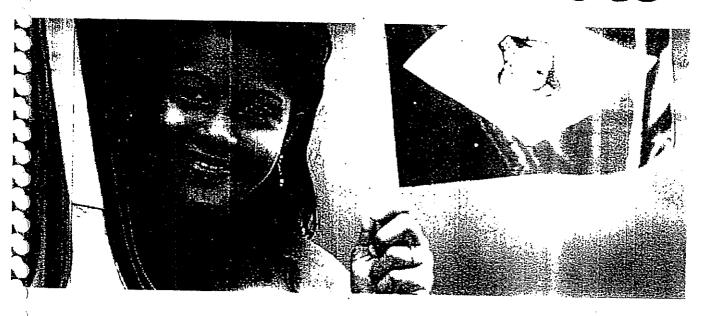
Caro Ernesto,

Tenho a satisfação de lhe passar este quadro com mensagem sobre a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano conquistado pelos cearenses, segundo a ONU — Organização das Nações Unidas. Fiz questão de divulgá-la para conhecimento da população e também como reconhecimento público ao esforço de uma equipe de governo da qual você participou ativamente, com dedicação e trabalho incansável.

Com meu abraçó e gratidão.

Tasso Jereissati

Carta aos Cearenses



A divulgação oficial apresentada recentemente por orgãos da Organização das Nações Unidas — ONU, sobre o málice de Desenvolvimento Humano — IDH, do ano 2000, ...lostra de maneira definitiva e incontestável que a mais cresceu no palidade de vida dos cearenses foi a que mais cresceu no pasil, em números absolutos e relativos, tirando o Ceará da lista dos Estados mais pobres do País.

Eu não poderia deixar de agradecer publicamente dos Secretários de Estado que, de forma abnegada,

lideraram este processo de mudança com tanta competência e tanta dedicação, trabalhando sem limites, superando dificuldades, cheios de espírito público e de amor ao nosso povo e ao nosso Estado.

No mesmo espírito do valioso exemplo desta equipe, deixo também o meu agradecimento a todos os servidores públicos, em nome das gerações de cearenses que estão vivenciando a realidade de hoje e acompanhando o novo amanhã que já começa a se realizar.

Vasso Jereissati





Câmara Municipal de Pobral

Oficio nº 293/09

Sobral-CE 12 de maio de 2009.

Prezado Senhor

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, comunica a V.Exa., que foi aprovado nesta Casa no dia 04/05/09, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 271/09, de autoria do vereador Francisco Hermenegildo Sousa Neto, que originou o Decreto Legislativo de nº 255/09, em anexo, concedendo-lhe o Título de Cidadania Sobralense.

Em tempo, comunicamos-a V.Exa., que a entrega da supracitada honraria darse-á oportunamente em data marcada pela Mesa Diretora deste Poder Legislativo.

No ensejo, ainda regozijados, ápresentamos à V.Exa., protestos de elevada estima e consideração

Atenciosamente,

Francisco Hermanegildo Sousa Neto

PRESIDENTE

José Vytal Armea Linhare

Exmo. Sr.

Dr. Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior

Rua Teatrologo Silvano Serra, 351 - Casa 19

Bairro Lourdes

Fortaleza-CÉ

CEP: 60.177-050



DECRETO LEGISLATIVO Nº 255/09, de 04 de maio de 2009.

Outorga o Título de Cidadania Sobralense ao Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, Conselheiro Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica outorgado o Título de Cidadania Sobralense ao Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, Conselheiro Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior, natural de Fortaleza - Ceará, nascido em 01 de novembro de 1956, sendo filho de Ernesto Sabóia de Figueiredo e Albetisa Aguiar de Figueiredo, pelos relevantes serviços prestados à população sobralense.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 04 de maio de 2009.

Francisco Hermenegillo Solusa Neto PRESIDENTE

) Dect.

AISLIBERAIS REENDEDORES

A Omni Editora, que publica a Revista Fale!, confere o presente certificado, símbolo de apreciação por suas realizações, que impactaram a sociedade cearense, a

Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior

como um dos **30 Cearenses Mais Influentes**, versão 2010.

Fortaleza, 24 de Maio de 2010

Luis-Sergiq Santos

SEPROCE

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO ASSUNTO: Nomeação do Presidente do SEPROCE

N° DO DIÁRIO	DATA DO DIÁRIO	DATA DO ATO	PÁGINA
15.544	23 de abril de 1991	22 de abril de 1991	2

das atribuições que lhe confere o ftem xVII do art. 88 da Constituição Estadual RESOLVE nomear ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR pa nomear ERNESTO BABULA DE FIGUEIREDO JUNIOR para exercer as funções do cargo em comissão de Presidente do Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará -SEPROCE, simbolo DRS-1. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CRARÁ, em Fortaleza, aos 22 de abril de/1991.

CIRO FERREIRA GOMES ARTUR SILVA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO ASSUNTO: Exoneração do Presidente do SEPROCE

№ DO	DATA DO	DATA DO ATO	PÁGINA
DIÁRIO	DIÁRIO		·
16.455	31 de dezembro de 1994	30 de dezembro de 1994	1

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR, a pedido, ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR, das funções do cargo em corrissão de Presidente do Serviço de Processamento de Dados do Ceará — SEPROCE, símbolo DNS-1. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 30 de dezembro de 1994. FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR.

SEAD

NO LICE OF MANAGES IN

PORTALEZA, OI DE JANEIRO DE 1915

PODER EXECUTIVO

"O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de sues esti-IN INDRIN, MINCHON NOMEAR JOAO JANNE GOMES MARRINIO DE AN-ADE para exerciar ad funções do cargo em confissão de Chefe do Gabl-e do Governador, PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ Portoleza, 1º de janeiro de 1995, TASSO RIBERO JERESSATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uno de suas antpoer les langues de campo est contracto de Secretário de Justiça. PA-TOP OF STREET OF CONTROL OF CONTR 1985, TASSO FIBEIRO JEREISSATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de sues atri-School legals, riscolvis NOMEAR EDINLTON GOMES DE SOÁREZ pera Jose as lunções do cargo em comissão de Secretório de Fazende, PA-LO DO GOMERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de janel-THE 1966, TASSO PREBING JERESSATI

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uno de sues estcose legais, recolve NOMEAR EDGAR FLICUES para exercer as fun-a do cargo est contrasto de Securário de Segurança Pública, PALÁCIO PETINO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 1º de janejo de X TASSO RIBERO JEREISSATI

*** *** ***

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de sues atri-see legale, resolve NOMEAR PEDRO SENANDO LETTE, para elector propies do cargo em comissão de Sacretário de Aplicatura, e Reforma AND TAKE OF CHILD OF STANDO DO CEARA, ST. POTENTIA. S. HEROTTE.

A JANUAR DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARA, ST. POTENTIA.

J. JANUAR DE 1995, TASSO RIBERO LERESSATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no umo de sues astrujos seguia, resolve novæar antenor mancel, naspolini para energy as funções do cargo em comissão de Secretário de Educação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 1º de janeiro de 1995, TASSO RIBEIRO JEREISSATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de sues estbuições legals, resche NONEAR ERIESTO SARON DE ROLLEGED XV. MOR, para comos es lunções do cargo em comesto de Sacradão de MOR, para comon as largest do cargo ar commento de Sacrafato de Administração PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Forcza, 1º de janeiro de 1985, TASSO RIBEIRO JEREISSATI.,

2... O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uno de suns abtbuições legele, resolve NOVEAR ANASTÁCIO DE QUEROZ DE SOUZA para secret as funcios do carpo em comissão de Secretário de Sedda. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaliza, 1º de ja-neiro de 1985, TASSO RIBERIO JERESSATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de sues safbulções logais, resolve HOMEAR FRANCISCO DE OUERROZ MALA JÚNIOR para interer as funções do cargo em contesão de Secretário dos Transportes, Energie, Comunicações e Corac PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de jameiro de 1995, TASSO RIBEIRO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de se bulções legais, resolve NOMEAR ANTÔNIO CLÁUDIO FERFEIRA LIMA para exercer as funções do cargo em comissão de Secretário do Pr to a Coordanação, PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 1º de jeneiro de 1995, TASSO RIBEIRO JEREISSATI.

4.12

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suse abi-buíções legals, resolve NOMEAR FRANCISCO ASSIS MACHADO NETIO para issurore se funções do cargo em comissão de Secretário de Governo. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEÁRÁ, em Fortaleza, 17 de janeiro de 1995, TASSO RIBERO JEREISSATI,

O GOVERNUDOR DO ESTADO DO CEARÁ TO DES OS DUÇCES INDEX, INDEXE NOMEAR ADOLFO DE AMPINEO PONTES para enerciar as funções de cardo em contrasto de Séclesión do Desenvolvimento Urbano e Milió Mifilianta. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARA, em Fortaleza, 1º de janeiro de 1995, TASSO PIBEIRO JEREISSATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no tilio de sues establicas legals, recoive NOMEAR HYPÉRIDES PERFERATOE MACEDO para exerciar est hunções de Carjos em comitado de Secretário dos Recursos HA CHOOS. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 1º de Jeneiro de 1995. TASO RIBERO JERESSATI.

O GOVERNMOOR DO ESTADO DO CEARIÁ, INSLINO de MAIS SEL buições legale, resolve NOMEAR JOSÉ ROSA ABRESI VALE para exercar as funções do cargo am comissão da Secretário do Tribusho e Ação So-cial. PÁLÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEÁRÁ, em Fortaleza, 19 de Janeiro de 1995. TÁSSO-RIBEIRO JERESSATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARA, TO UMO OF KUM ANTbuções legals, resolve NOMEAR o Coronel PM SEBASTIÃO JORISE CA-VALCANTE LEANDRO para exercer as funções do cargo ám confesto de Chafe de Casa Militar de Governo, PALACIO CO GOMERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 1º de jameiro de 1895, 74550 PROCERO JERES. SATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARIÁ, im uso de assa astribúdos logais, recohe NOMEAR o Connel EN JOSÉ GILSON LIBERATO para exercer as Ampões do carpo em confusió de Comerciano Genil de Poticia Mátar do Ceará. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Forialdos, 17 de jámbio de 1995, TASSO RIGERIO JERIESSATI. ***

.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CERRÁ PO CEGO DE SUM METODOS MUSICAS NECESARIA PO COMO BAN LEONEL PETICIPA DE ALENCAR NECED PROSTRUMINOS AN EXPOSA DO CROSO DE TOUTANDA DE CONTROL DE DO ESTADO DU BERO JERESSATIL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

PRESIDENTE VICE-PRESIDENTE: CONSELHERIOS:

JOSÉ LUCIANO GOMES BARREIRA STÉNIO DANTAS DE ARAÚJO OOILON AGUIAR FILHO COLLON ASUAR FILHU-FO! DE A. COÈLHO DE ALBUQUERQUE EPITÁCIO BATISTA DE LUCENA FRANCISCO SUETÓNIO BASTOS MOTA JÚLIO GONÇALVES RÉGO

BIHETE DA PRESIDÊNCIA

UNO Nº 08

SPACHOS N*S 1.609 4 1.855

O1 DE AGOSTO DE 1994

cesso nº 5.143/94: Ordem de Pagamento do Tribunal de Contas. valor de R\$ 177,16. emitida em fayor de DISK INFORMÁTICA C.R.

f 5.062/94: Ordem de Pagamento do Tribunal de Contas, R3 577.93, emitida em favor do SEC- Serviço de Entregas mpram Ltda.

yaso na 5.061/94: Ordem de Pagamento do Tribunal de Contas, valor de RS 647,15, emitida em favor de TELECEARA.

5.075/94: Orden de Pagamento do Tribunal de Contas. R3 22,50, emitida em favor de Indaia Brasil Águas

Processo nº 5.148/94: Petição de Gina Chagas Leitão Sydrião, Agente Administrativo ADO-10, da Secretaria Geral deste Tribunal, solicitando providências no mentido de ser submetida a insecção, medica pelo-071cie-se ao IPEC, como requer a gestante.

- Oficie-se ao IPEC, como requer a instrução processual.
- Processo nº 3.96/94: Oficio do Dopartamento de Administração comunicando que o servidor João Joaquia de Oliveira, Vigia ADO-07 da permanência no serviço público em 23.06.94.

DIA 02 DE AGOSTO DE 1994

Processo nº 5.222/94: Ordem de Pagamento do Tribunal de Cara no valor de R\$ 2.978.44, emitida em favor de Sindicato de Sarubbi, de Transportes de Passageiros do Estado do Ceara.

Tribunal so nte exercic

oe Transportes de Passageiros do Estado do Ceara. Tribunal aplicitados para Pague-se. No exercício, para Administrativo ADO-12, da Secretaria Geral deste Tribunal soli: providências no sentido de ser submetida a inspeção medicação Cearense de DPM do IPEC, para fim de licença para tratamento de saude. Pento dos Consepcios na 5.171/94: Esclarecimentos prestados pola Secretaria.

- Officie-se.

Processo nº 5.171/94: Esclarecimentos prestados pela Secretaria
de Administração em cumprimento à diligência determinada pela Resolução
nº 1.358/94, lavrada no Processo nº 3.910/94-TC.
- À consideração do Exmo. Sr. Conselheiro Coelho de Albuquerque.

DIA 03 DE AGOSTO DE 1994
Processo nº 5.146/94: Orden de Pagamento do Tribunal de Contas.

Processo nº 5.146/94: Order de Pagamento do no valor de RS 648,00, emitida em favor da CAGECE.

Processo nº 5.127/94: Guia de Recolhimento de Multa imposta por nº 2.346/93-TC.

A consideração do Exmo. Sr. Conselheiro Stênio Dantas.

Guia de Recolhimento de Multa imposta por nº 2.346/93-TC.

Stênio Dantas.

Processo nº 5.158/94: Guia de Recolhimento de Multa imposta por 2.348/93-TC.

and the contract of the second property of the contract of the contract of the contract of the contract of the

Processo nt 5.145/94: Guia de Recolhimento de Multa imposta por este Tribunal atraves da Resolução nt 2.351/93, lavrada no Processo 5.143/91-TC. 5.143/91-TC. - À consideração do Exmo. Sr. Conselheiro Suetônio Mota.



O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições logais, resolve exonerar, a pedido, o Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, do cargo de Secretário de Administração do Estado do Ceará, a partir de 10 de março de 1999. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARA, em Fortaleza, aos 10 de março de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

冰冰冰 冰冰水 冰冰水

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art.88, inciso XIII da Constituição Estadual e, tendo em vista o que consta do Officio Nº1213/99-GP e no art.79, §§1º e 2º, da Constituição do Estado do Ceará, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional Nº31, de 12 de agosto de 1997, resolve indicar ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR para exercer as funções do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municipios. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza. nos 10 de março de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

冰水水 冰水水 冰水水

DECISÃO

CONCORDO com a conclusão a que chegou a Comissão Processante da Procuradoria de Processo Administrativo-Disciplinar-PROPAD da Procuradoria Geral do Estado-PGE, nos autos do Processo Administrativo-Disciplinar n°265/97, que apurou o cometimento de ilícito administrativo por parte do Policial Civil IRAPUAN DA FON SECA, Delegado de Policia, matricula n°14.673. Acolho em sua inteireza o Relatório apresentado pela Comissão Processante da PROPAD-PGE, o qual passa a fazer parte integrante desta Decisão, que conclui estar o o qual passa a fazer parte integrante desta Decisão, que conclui estar o Servidor Indiciado incurso nas disposições do art.103, alínea "e", inciso XII, da Lei estadual nº12.124, de 06 de julho de 1993 (ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DE CARREIRA). Aplico ao Policial Civil IRAPUAN DA FONSECA, Delegado de Polícia, a pena de DEMISSÃO, com fundamento nos arts.104., inciso III, e 107 da Lei nº12.124/93, por infringência ao citado art.103, alínea "e", inc. XII, da mesma Lei. Diante do decidido. determino a remessa dos autos à Secretaria da Seguranca Pública e Defesa da Cidadania-SSPDC, para lavratura do ATO Segurança Pública e Defesa da Cidadania-SSPDC, para lavratura do ATO DE DEMISSÃO e demais providências inclusive as necessárias anotações nos assentamentos pessoais do servidor, para os devidos fins. Cumpridas as determinações acima, retomem os autos para assinatura do ATO e sua consequente publicação no Diário Oficial do Estado. Palácio do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza 23 de fevereiro 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº18/99 - ARCE - O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA AGENCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ-ARCE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art.14, da Lei Estadual nº12.874, de 23.12.98, e deliberação realizada na 22º (vigésima segunda) reunião ordinária do Conselho Diretor da ARCE, realizada em 11.02.99 e devidamente consubstanciada em ata, RESOLVE designar MÁRCIA MORAIS XIMENES MENDES, ALMIR CAIADO FRAGA c JOSÉ HERMANO BEZERRA, para comporem a Comissão do Primeiro Concurso visando ao provimento dos cargos efetivos da ARCE, nos termos da citada Lei Estadual, cabendo a Presidência da Comissão a este último. SEDE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de fevereiro de 1999.

Hugo de Brito Machado PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

宇宙等 海滨水 法安全

PORTARIA N°011/99 – O PRESIDENTE DO CONSELHO DA Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, usando da atribuição que lhe contere o Art.78, combinado com Art.120 da Loi nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, por delegação de competência, RESOLVE: 1 - Autorizar com fundamento no item I do Art.123 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, a entrega, mediante SUPRIMENTO DE FUNDOS, a Marilene Soares Rabelo, funcionaria desta Agência, cargo de Coordenadora de Tarifas, da importância de R\$500,00 (quinhentos reais), a conta da dotação orçamentária classificada na Nota de Empenho nº00024 de 23/02/99 cuja primeira via anexa. 2 - A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) días a partir do seu recebimento, devendo ser comprovada até 15 (quinze) días, após o prazo de aplicação. Fortaleza, 23 de Fevereiro de 1998.

Hugo de Brito Machado PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE EXONERAR, a pedido, nos termos do art.63, inciso I da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA, do Cargo de Direção e Assessoramento, de Provimento em Comissão de GESTOR DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS, simbolo DAS-1, integrante da estrutura organizacional da OUVIDORIA GERAL, a panir de 29/01/99. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de severeiro de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Emesto Saboia de Figueiredo Junior SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO Maria do Perpétuo Socorro França Pinto OUVIDORA GERAL

李字宗 水水水 水水水

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE NOMEAR, de acordo com o art.8º combinado com o inciso III do art.17 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, SAMIA PINHEIRO FERREIRA, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de GESTOR DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura Organizacional da OUVIDORIA GERAL, a partir de 01.02.99. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de janeiro de 1999.

> Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Emesto Saboia de Figueiredo Junior SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO Maria do Perpétuo Socorro França Pinto **OUVIDORA GERAL**

> > 安宁市 安宁市 安安市

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE NOMEAR, de acordo com o art.8º combinado com o inciso III do art.17 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974. MARIA JOSÉ DE SOUSA HOLANDA, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de Provimento em Comissão de ASSESSOR TÉCNICO, símbolo DAS-1, integrante da estrutura organizacional da OUVIDORIA GERAL, a partir de 01.02.99. PALÁCIO DO GOVERNO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de fevereiro de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Emesto Saboia de Figueiredo Junior SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO Maria do Perpétuo Socorro França Pinto **OUVIDORA GERAL**

水冰冰 冰冰水 冰水水

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESADA CIDADANIA

o secretário da segurança pública e defesa da CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº98284772-6/SPU, RESOLVE conceder nos termos do art.168, item III. §§1° e 4° da Constituição Estadual, c/c o art.1°. item I, da Lei Complementar nº51/85, arts.76, §1°, 78, item I, §2° da Lei n°12.124/93, Lei n°12.780/97, Lei n°11.171/86 Lei n°11.535/89. Lei nº12.193/93, Lei nº12.387/94, Lei nº12.840. de 14.07.98. D.O.E. de 17.07.98, a PAULO DE TARSO MAGALHÃES FERNANDES. ocupante do cargo de Delegado de Policia, Classe Especial, Matricula nº14.360, lotado na Policia Civil, APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO, com os proventos mensais de:

Vencimento -----R\$ Vant. Pessoal DAS-1 (Assessor da 939.86 389.18

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA, em Fortaleza, 05 de março de 1999.

Gen. Bda. João Crisóstomo de Souza SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL TCM

Posse: 17/03/99



Editoração SEAD

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 16 de março de 1999

SÉRIE 2 ANO II Nº 275 Caderno ÚNICO Preco RO 1,30

PODEROSARCEURAXO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso XIII da Constituição Estadual e, tendo em vista o que consta do Oficio nº1213/99-GP, e na forma do art.79, §§1° e 2° da Constituição Estadual, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº31, de 12.08.97, e aprovação da Assembléia Legislativa, consubstanciada no Decreto Legislativo nº422, de 12.03.99, encaminhado para publicação no Diário Oficial, de 15.03.99, resolve nomear ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR, para exercer as funções do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de março de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** *** ***

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o item XVII, do art.88 da Constituição Estadual, resolve EXONERAR, a pedido, nos termos do art.63, item I, da Lei 9.826, de 14 de maio de 1974, SORAIA THOMAZ DIAS VICTOR, das funções do cargo em comissão de Subsecretária, integrante da Estrutura Organizacional da Secretaria do Planejamento e Coordenação, Palácio do Governo, aos 16 de março de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** *** ***

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR SORAIA THOMAZ DIAS VICTOR, para o cargo de Secretária da Secretaria da Administração do Estado do Ceará. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de março de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** *** ***

GOVERNADORIA

CASAMILITAR

PORTARIA Nº07/99-CM - O CHEFE DA CASA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE reconhecer como dívidas de exercícios anteriores, relativos as diferenças de promoções de 2º Tenente PM para 1º Tenente PM, conforme o Processo nº01/99-CM, do 1º Tenente PM Antônio Marden Oliveira de Sousa, na importância de R\$668,31 (Seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e um centavos), devendo as despesas correr à conta do vigente orçamento da Casa Militar. CASA MILITAR, em Fortaleza-CE, 01 de março de 1999.

Cel. Sebastião Jorge Cavalcante Leandro CHEFE DA CASA MILITAR

*** *** ***

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta o processo nº98282069-0-SPU, relativo à transferência para a RESERVA REMUNERADA A PEDI-DO, do 3º Sargento PM da Polícia Militar do Ceará, matrícula funcional nº022.842-1-9 - ANTONIO LOPES SALES, RESOLVE transferi-lo para a reserva remunerada daquela Corporação, na atual graduação, competindo-lhe os proventos integrais da graduação de 2º SARGENTO PM,

de conformidade com os Arts.49, inciso II, parágrafo único, alínea c, e 88, inciso I, da Lei nº10.072/76, combinado com o art.74, da Lei nº11.167/86, na quantia anual de R\$4.280,76 (QUATRO MIL, DU-ZENTOS E OFFENTA REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), inclusive: Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (quinquênios-06), à base de 30% (trinta por cento); Indenização de Habilitação (CEFS), à base de 40% (quarenta por cento); Indenização de Moradia, à base de 25% (vinte e cinco por cento); Indenização pela Função Policial-Militar, à base de 80% (citenta por cento); Gratificação de Risco de Vida e Saúde, à base de 50% (cinquenta por cento); todas sobre o respectivo soldo; Indenização Adicional de Inatividade, à base de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o montante dos proventos; de acordo com a Lei n°11.167/86, em seus arts. 18, 19, 41, item 7, art.75, incisos I, II e IV (acrescido pelo art.4°, da Lei n°11.195/86), V, e VI (acrescidos pelo art.1°, da Lei n°11.941/92) e art.78, inciso I. PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 12/03/1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Márcia Morais Ximenes Mendes SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO Gen. Bda. João Crisóstomo de Souza SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA

*** *** ***

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art.88, Inciso IX, da Constituição Estadual, com base no Art.1° da Lei n°12.098, de 5 de maio de 1993, e no Art.3° da Lei nº12.656, de 26 de dezembro de 1996, atendidas as disposições contidas no Decreto n°24.338, de 16 de janeiro de 1997, RESOLVE reverter, a partir de 22 de outubro de 1998, ao serviço ativo da Polícia Militar do Ceará, a pedido, para o fim precípuo do exercício de funções de Segurança Patrimonial em próprios do Estado e de entidades da Administração Pública Estadual, os militares estaduais da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Estado do Ceará, abaixo relacionados:

POSTO/ GRADUAÇÃO	NOME
SUBTEN PM 2° SGT PM 2° SGT PM 3° SGT PM	Francisco de Assis Gomes José Sena Sobrinho José Bezerra de Oliveira Orlando Vicente de Sousa Francisco Izaias Rodrigues Aureliano Silva Brasil Filho José Alves do Nascimento Geraldo Pastor de Queiroz Expedito Ramos da Silva Antônio Firmino Costa José Ribamar Siqueira Damião Ferreira Neves José de Almeida Neto José da Silva Uchôa Raimundo Ferreira Muniz José Arimatéia Maranhão Francisco Gregório da Rocha Antônio Evangelista Gondim Francisco Magalhães Uchôa Raimundo Francisco das Chagas Antônio Alexandre Carvalho Oscar Rodrigues Barbosa Antonio Ailson Nogueira da Silva

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 08 de março de 1999.

Tasso Ribeiro Jereissati GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Ernesto Saboia de Figueiredo Junior SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO Gen. Bda. João Crisóstomo de Souza SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA

17 62 64	大学工作的	
DEPARTAMENTO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO DE OBRA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REBISTRO PROFISSIONAL	CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	POLLE SEE STANDING OF MAINTANISZA
	*	

None LE LUES LA SAMAR BE

Lo. Nac.

Lo. Nac.

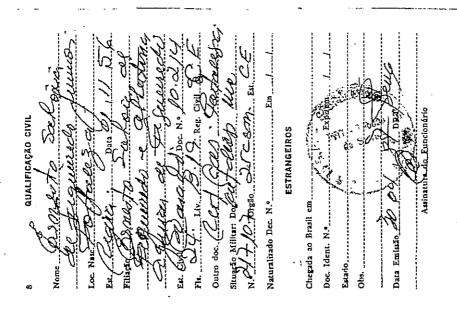
C. Lues C. Lues La Samuella Control Cont

2. 1990shttps.	and the second s	The state of the s
CONTRATO DE TRABALHO	Empregador Ago Minas Gerais S. A Acominas Rua Agos Saccondidentas Rumicipio Ale Maignant Esp. do especielmento Lilennegaco & Correlatios Cargo Languermento & Cargo de 19 fR Registro no Registro no Remuneração especificada Calit. 521, 60 (226 mil.)	Data saida 10 de TAMETEO de 1980 Aço Nitrias BerafigorSi A. Celaçotitinas
10 - CONTRATO DE TRABALHO	Empregado WI FRALLEZA Run AV. BUI BAREDSA, Nº 1332 Municipio FORTALEZA Est do estastecimento Leel aucil de Laulua, a Cargo de Laulua en la Laulua, a Daignamissão 09 de Laulua, de 10 7 6 Estato no 20.5 2 8 18 160 - (10 - (10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 -	Data saida. Wild Hitter Division Covingin Itani, 46 Ass. September of a service con the control of

1.451.647.00(Hum and Amaics, duragenten en princente namitane rake carequinous. REDE PLATOVIÁRIA PEDENAL S. A 3.00 BUPERINTENDETKUR "NEGONAL S.B. . SR. Characa 1.0 MFFSA-SR... A. Superintinding. Adjunta. do. Ressoal. AL ASS. OF SPECIAL ON SELAINE PERSEGUINE SOARES GODOY CB.O. 119 . Susembo. CONTRATO DE TRABALHO PA. 11 .. Agente de Administração O'NO Praça Alfredo Issa Remuneração especificada CAS are Amaliata São Paulo "Lynn and " a Esp. do estabelecimento Coco ogssimba atad Data saida 9 Municipio O DE TRABALHO SHETUTION FOR SECULO SECUE SECULO SECUE SECULO SECU Remuneração especticada ... P. B. 122 221 ... de ...∵ <u>.</u>

Empregador CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS EDO ESTA SANULO PRODESPERA MANIO PRODESPERA ESTA SANULO PRODESPERA ESTA





CONTRATO DE TRABALHO	10S DD Empression, ASSOCETOCED, TEENING, ONEN THEORY OF SERVICE. OCCUME. 07-178. 13-1/10/201.	୍ରାପ: ଘ	Cargo		Phylyneiniegoppieg	Com. Dispensa CD No.
12 CONTRACE DE TRABALHO	Empregador	Run 240 Municipio 148040 04 SERRA E1 S. PAULO Bry No estabelecimento 144 Action of Services	Signo Lectures Resemble Leave Inc. 1. Can. C. B. O. n. C. B. C. C. B. O. N. C. C. B. O. N. C. C. B. O. C.	S Remonerato especificada (48 3.589, 519 (LA). mitheses, quinkustos e ottenta e oite mite, quinkustos setenda. 2 nood ouisfire minhandas setenda.	Lin Migdolimpressios of anima principal. 1.0 Data saida 79 140 1212 140 14 19 19 19 19	Lita Afrillo dell'estado Nord attitue (MIRE) 1. Com. Dispensa CD N°

Tilles.	
8	S/A.
SOFT KOUDINGS	- C. ROLIM AUTOMOYEL, SIA,
	C. ROLIM A
	45. 14.75.
esi - p	Empregador.
*	豆

CGCME FORTALEZA

Run

Municipio

Ese do estabelecimento (OMEMEM

Esta admissão (I de MOMEMEM

Estabelecimento (OMEMEM

Estabelecimento (OMEME



Despacho da Presidência,

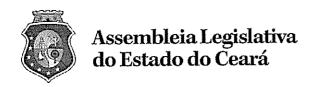
A Presidência registrou requerimento contendo a indicação do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, na vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto, cuja vaga cabe ao Poder Legislativo.

Desta forma, encaminho à Procuradoria desta Casa, para observar se a indicação atende aos requisitos legais, conforme preceito contido no art. 321, §§ 1°, 2° e 3° do Regimento Interno.

SALA DA PRESIDÊNCIA, em 1° de novembro de 2017.

Deputado José Albuquerque

PRESIDENTE



PARECER

ASSUNTO: Indicação pelos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Trata-se de parecer a respeito da indicação efetivada pelos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com fundamento no art. 71, § 1° e seus incisos e § 2°, inciso II da Constituição Alencarina c/c art. 321, §§ 1° e 2°, do Regimento Interno desta Casa Legislativa – Resolução n° 389, de 11 de dezembro de 1996, de Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior para ocupar cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em face da aposentadoria voluntária do Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto.

É o relatório. Opino.

Ab initio, cumpre-nos apresentar a natureza jurídica do órgão fiscalizador de contas para, ato contínuo, delinear a sistemática do provimento dos cargos de Conselheiros do Tribunal de Contas dos Estados.

Os Órgãos de Contas estão inseridos como categoria autônoma dentre o arcabouço organizacional brasileiro, cabendo-lhes auxiliar o Poder Legislativo no controle externo da administração.

Rui Barbosa os idealizou como um corpo julgador intermediário à Administração e à Magistratura, que, autonomamente e com atribuições de revisão e



julgamento, cercados de garantias contra quaisquer ameaças, pudessem exercer suas funções vitais no âmbito do organograma estatal traçado pela Constituição.¹

O art. 73, da CRFB/88, aplicado por simetria ao Estado-membro em face do conteúdo estipulado no art. 75 da Lei Maior Federal, estabelece a seguinte mecânica para nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União:

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96

[...]

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos: I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento; II - dois terços pelo Congresso Nacional. [...]

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

A Constituição Federal de 1988, desta feita, revela o caráter estritamente político para o provimento dos cargos de Ministros do Tribunal de Contas da União, editando o Supremo Tribunal Federal, com base nos dispositivos supracitados, em sua jurisprudência sumulada n.º 653ª, enunciado para que seja observada a necessária simetria consagrada no mandamento constitucional, "in verbis":

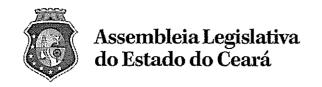
No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha.

¹ Cfr. E.M. de 7-10-1890, acompanhada do Decreto nº 966-A da mesma data, *in* Revista do TCU nº 46, comemorativa do 1º Centenário, págs. 199/213.



A Constituição do Estado do Ceará, por sua vez, observa o critério consagrado pelo Excelso Pretório, nos termos do seu art. 71:

- Art. 71. O Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.
- §1º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados pelo Governador do Estado dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requesitos:
- I mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- II idoneidade moral e reputação ilibada;
- III notórios conhecimentos jurídicos, contábeis econômicos e financeiros ou de administração pública;
- IV mais de dez anos no exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.
- §2º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:
- I três pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, observando-se os critérios de antiguidade e merecimento;
- II quatro pela Assembleia Legislativa.
- §3º O processo de escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, em caso de vaga ocorrida na vigência desta Constituição, atendidos os requisitos previstos no § 1° deste artigo, obedecerá aos seguintes critérios:
- I na primeira, na quarta e na sétima vaga, a escolha caberá ao Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo que:
- a) a primeira vaga será de sua livre escolha; e
- b) a quarta vaga recairá em auditor e a sétima vaga recairá em membro do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- II na segunda, terceira, quinta e sexta vaga, a escolha caberá à Assembleia Legislativa do Estado.
- §4º Os cargos preenchidos na vigência desta Constituição serão providos, quando vagarem, por indicação de quem escolheu



originalmente os seus ocupantes, sempre com aprovação da Assembleia Legislativa.

§ 5º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, subsídios, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40 da Constituição Federal.

§ 6º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

§ 7º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996, outrossim, esmiúça o procedimento de indicações sujeitas à aprovação deste órgão, sob os seguintes termos:

Art. 321. Quando se tratar de escolha da competência da Assembleia Legislativa, a indicação de candidato dar-se-á mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um quinto dos Deputados Estaduais, protocolado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação pelo Presidente da Assembleia Legislativa, em Plenário, de vaga na composição do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Contas dos Municípios.

 $\S1^{\circ}$ O requerimento deverá ser instruído com o currículo do candidato e as comprovações correspondentes, destinados à averiguação dos requisitos constitucionais.

§2º Se insuficientemente instruído, a Presidência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, concederá igual prazo para o requerente suprir a omissão, mediante despacho fundamentado. Não atendidas as exigências, o requerimento será considerado prejudicado e arquivado, não podendo ser reapresentado para a composição da mesma vaga.

§3º Estando em ordem o requerimento, o Presidente da Assembleia Legislativa, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, encaminhá-lo-á à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para proceder a arguição pública do candidato no prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da indicação.

\$4º A indicação deverá ser encaminhada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação à Presidência da Assembleia Legislativa, no dia imediato à argüição pública, na forma de Projeto de Decreto Legislativo, acompanhado de parecer contendo relatório sobre o candidato e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário, para inclusão na Ordem do Dia.

§5º Havendo mais de uma indicação, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no prazo estabelecido no § 4º deste artigo, encaminhará todas à Presidência da Assembleia Legislativa, na forma de projetos de Decretos Legislativos, acompanhados de pareceres da Comissão, contendo relatório sobre o candidato correspondente e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário, para suas inclusões na mesma Ordem do Dia, sendo dispensado o projeto de Decreto Legislativo na hipótese de parecer contrário.

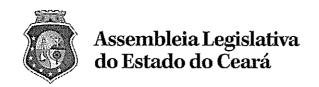
§6º Somente as indicações que não atenderem aos requisitos constitucionais, devidamente motivados, poderão ter parecer contrários da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, cabendo recurso em 24 (vinte e quatro) horas ao Plenário.

§7º O Plenário escolherá o nome do indicado em Sessão Especial e pública, por escrutínio secreto, mediante votação conjunta dos projetos de Decreto Legislativo, sendo aprovada a indicação que obtiver a maioria de votos.

§ 8º Para fins deste artigo, terá maioria a indicação com maior número de votos favoráveis.

Com base no exposto supra, denota-se que o ato de nomeação dos membros das Cortes de Contas é político e discricionário, restringido apenas no que tange à ordem e origem dos membros a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, "in verbis":

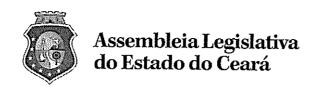
EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIREITA DE INCONSTITUCIONALIDADE. § 1º, INCISOS I E II, E § 3º DO ARTIGO 78 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS. ENUNCIADO N. 653 DA SÚMULA DESTA CORTE. 1. É firme o entendimento de que a estrutura dos Tribunais de Contas dos Estadosmembros deve ser compatível com a Constituição do Brasil, sendo necessário, para tanto, que, dos sete Conselheiros, quatro sétimos



sejam indicados pela Assembleia Legislativa e três sétimos pelo Chefe do Poder Executivo. Precedentes. 2. Há igualmente jurisprudência consolidada no que tange à clientela à qual estão vinculadas as nomeações do Governador. Apenas um provimento será de livre escolha; as duas vagas restantes deverão ser preenchidas, necessariamente, uma por ocupante de cargo de Auditor do Tribunal de Contas e a outra por membro do Ministério Público junto àquele órgão.

3. Medida cautelar deferida. (ADI 3361 MC, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 10/03/2005, DJ 22-04-2005 PP-00008 EMENT VOL-02188-01 PP-00113 LEXSTF v. 27, n. 318, 2005, p. 68-74)

Ação direta de inconstitucionalidade. Medida cautelar. 2. Art. 2º da Emenda Constitucional nº 5 à Constituição do Estado do Amapá, na parte que acrescenta, ao art. 54, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o parágrafo 2º, o qual estipula: "Após passar o Tribunal de Contas a ter sete Conselheiros, desde que fique garantida a distribuição proporcional prevista no § 2º, I e II do art. 113, as quatro vagas serão preenchidas pela Assembleia Legislativa, observados os requisitos do § 1º do mencionado artigo". 3. Matéria distinta da que se discute na ADIN 1474-9 - AP. 4. Alegação de ofensa ao art. 73, § 2º, I e II, da Constituição Federal. 5. Decisões do STF, nas ADIN's nºs 374 e 892 sobre provimento de vagas de Conselheiros de Tribunal de Contas dos Estados. 6. O Governador nomeou três membros da Corte, ao ensejo da sua instalação. Os quatro, a completar o número de sete, a partir de 5.10.1998, suscetíveis de nomeação, hão de compreender-se na quota reservada à Assembleia Legislativa (2/3). Somente ao ensejo da vacância dos cargos cujo provimento foi de escolha do Governador, será possível estabelecer a observância necessária da regra constitucional aludida, quanto à escolha dentre auditores, membros do Ministério Público junto ao TCE e de um de livre nomeação do Governador. 7. Medida cautelar indeferida. (ADI 1957 MC, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 04/03/1999, DJ 11-06-1999 PP-00008 EMENT VOL-01954-01 PP-00040)



Com base no exposto, denota-se que os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e os indicados à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas Estadual devem atender aos comandos normativos supracitados do art. 71 da Constituição do Estado do Ceará de 1989, bem como os procedimentos elencados no art. 321 do Regimento Interno da ALCE.

Os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, portanto, detém ampla discricionariedade para escolherem o ocupante da vaga aberta no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, podendo, se o quiserem, nomear membro em disponibilidade do TCM-CE, com fundamento em economicidade, ou qualquer outro que não pertença aos seus quadros, estando preenchidos os dispositivos constitucionais e regimentais pertinentes na situação sob consulta.

É o parecer, à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente.

PROCURADORIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 6 de novembro de 2017.

Walmir Rosa de Sousa Coordenador das Consultorias Técnicas

(Respondendo)



Despacho da Presidência,

A Procuradoria da Assembleia Legislativa emitiu parecer atestando que a indicação do Senhor Ernesto de Figueiredo Saboia Filho, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto, preenche os requisitos legais.

Desta forma, dê-se ciência ao Plenário e aguarde o decurso do prazo regimental firmado no art. 321, caput, para encaminhar a indicação à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para adoção das providências regimentais.

SALA DA PRESIDÊNCIA, 06 de novembro de 2017.

Deputado Jose Albuquerque

PRESIDENTE

De rober perilevent ao lynbrunto Lepshbro para or medilo colevero em obost ao pedilo premblo plo abjulto Evonto leito.



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará ASSENSIEM TEGISTAMA DO ESTADO DO CEAS-Roberto Jesar de A. Mendonca Chere de Gabinete da Presidência

John J.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

O Deputado abaixo firmado vem à presença de V. Exa. para comunicar-lhe que retiro a minha assinatura na indicação do Senhor ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR, para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Teodorico José Menezes Filho.

Fortaleza, 7 de novembro de 2017.

0 7 MOV. 2017



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

MEMO. 34 /2017

Fortaleza, 09 de novembro de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Sérgio Aguiar

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Assunto: Encaminhamento de indicação ao cargo de Conselheiro do TCE.

Encaminho a V. Exa. a indicação do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação proceda a arguição pública do candidato no prazo firmado no § 3º do art. 321 do Regimento Interno, contendo abaixo o seguintes documentos:

- 1 Ofício nº 3258/2017, de autoria do TCE, informando a vacância da vaga do cargo de Conselheiro do TCE, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto (documento original);
- 2 Cópia da Ata da 135ª Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da 29ª Legislatura, com a leitura do Oficio nº 3258/2017, do TCE;
- 3 Requerimento contendo a indicação do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, registrado na Presidência sob o nº 2879, datado do dia 1º de novembro de 2017; juntamente com o *curriculum vitae* e documentos comprobatórios (documentos originais);
- 4 Despacho do Presidente, Deputado José Albuquerque, datado do dia 1 de novembro de 2017, encaminhando a indicação do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, à Procuradoria da Assembleia (documento original);
- 5 Parecer da Procuradoria da Assembleia sobre a indicação do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (documento original);



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

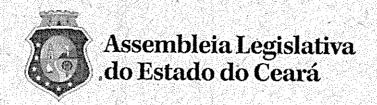
6 - Despacho do Presidente, Deputado José Albuquerque, datado do dia 6 de novembro de 2017, determinando ciência do Plenário 13 de Maio da indicação do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e que aguardasse o decurso do prazo para apresentação de indicação (documento original);

7 – Requerimento do Deputado Evandro Leitão, registrado na Presidência sob o nº 2934, datado de 7 de novembro de 2017, solicitando a retirada de sua assinatura na indicação do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (documento original);

Atenciosamente,

Carlos Alberto Aragão de Oliveira

DIRETOR DO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO



PARECER

DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DE ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR PARA OCUPAR CARGO VAGO DE CONSELHEIRO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ.

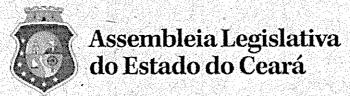
I - RELATÓRIO

Trata-se de requerimento assinado por vários parlamentares que indicam o Senhor ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em decorrência da aposentadoria voluntária do Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto.

II- ANÁLISE

Quanto à admissibilidade jurídico-constitucional, nenhum óbice impede a tramitação da indicação em exame, que atende os pressupostos constitucionais de competência legislativa estadual e de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, conforme disposto no art. nº 71 da Constituição Estadual do Ceará.

Gabinete do Deputado Estadual Evandro Leitão
Av. Desembargador Moreira, 2807 / Bairro: Dionísio Torres / CEP: 60170.900 / Fortaleza, CE
Fone: (85) 3277.2889



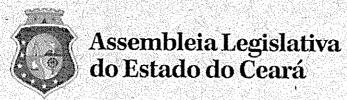
A indicação de Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado - TCE atende aos requisitos do art. 71 da Constituição Estadual.

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior tem graduação em Direito, Ciências Contábeis e Administração, todas pela Universidade de Fortaleza, tendo sido Secretário da Administração do Estado do Ceará de 1995 a 1999, Coordenando a Adequação da Estrutura da Administração estadual às diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Estado. Exerceu ainda o Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Munícipios do Estado do Ceará, assumindo a Presidência desse órgão nos anos de 2007 a 2010. O Indicado realizou diversos cursos e congressos, com ênfase em administração, "complice" e economia por diversos órgãos e entidades Internacionais com destaque para U C Berkeley School of Information, Columbia University e The John Hopkins University.

Podemos assim perceber que Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior atinge todos os requisitos de notório conhecimento exigidos pela legislação estadual para ocupar o cargo de Conselheiro junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

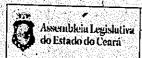
Destarte, a indicação em questão tem como escopo a observância do princípio da legalidade administrativa, consubstanciada na necessidade de autorização através de lei específica para a efetivação da medida pretendida, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

Da mesma forma, nada há que se lhe oponha no plano da regimentalidade, por ter preenchidos os requisitos formais, conforme manifestação da douta Procuradoria desta Casa.



Ante o exposto, sou Favorável a indicação do nome do Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior, para ocupar o cargo de Conselheiro Tribunal de Contas do Estado do Ceará, e, em sendo aprovado o parecer, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação deve expedir na forma de Projeto de Decreto Legislativo a indicação, conforme prevê o § 4º do art. 321 do Regimento Interno.

DEPUTADO EVANDRO LEITÃO



COMISSÕES TÉCNICAS
DESIGNAÇÃO DE RELATOR E
PARECER DA CCJR

CÓDIGO: FQ-COTEC-027-02

DATA EMISSÃO: 15/05/2012:

DATA REVISÃO: 11/10/2012

ITEM NORMA: 8.2.1

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 04/2017

DESIGNO RELATOR O SR. DEPUTADO EVANDRO LEITÃO

Comissão de Constituição, Justiça e Redação em பு de <u>பில் பால் ம</u> de 201<u>7</u>.

PARECER

0 31)	<u>BÍCABO.</u> CAISEIRA	<u>POSSUI</u> ¥ ₩ COU	ODAS AS O	essena 100 TCE	15 7/ AS	580xC.
<u>NÃO 1</u>	m obje	E-CONST	riciosas	E CEA	ans, Fore	 DAME
		ZE FAN				11 (15) 11 (15)
					(i, i, j	
				7		
	. <u>U</u>	Mudh	While			1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
	,	. │- R/É L	A)TOR			
SIÇÃO DA	COMISSÃO:	A10	Loles	sloe(Pose.	

Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em <u>P</u> de <u>றகையிக</u> de 201<u>7</u>

PRESIDENTE DA CCUR

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: DELIBERAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PLENÁRIO **Autor:** 99005 - FRANCISCO EUGÊNIO DE CASTRO CRUZ

Usuário assinador: 99735 - DEPUTADO AUDIC MOTA

Data da criação: 16/11/2017 14:40:42 **Data da assinatura:** 16/11/2017 15:11:33



PLENÁRIO

DESPACHO 16/11/2017

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA NA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO ESPECIAL DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 16/11/2017.

DEPUTADO AUDIC MOTA

1º SECRETÁRIO

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

Descrição:DESIGNAR RELATOR DA REDAÇÃO FINALAutor:99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIARUsuário assinador:99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR

Data da criação: 21/11/2017 16:21:41 **Data da assinatura:** 21/11/2017 16:24:50



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO 21/11/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-021-04
	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

(CCJR)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Evandro Leitão

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

	Emenda (s)		
Proposição	(especificar a	Regime de Urgência	Estudo Técnico
	numeração)		

REDAÇÃO FINAL Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

Art. 82. O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

III - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

DEPUTADO SERGIO AGUIAR

Jergis Agruis

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento: (S/N)Tipo do documento: **PARECER**

PARECER REDAÇÃO FINAL DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017 Descrição:

Autor: 99561 - DEPUTADO EVANDRO LEITAO 99561 - DEPUTADO EVANDRO LEITAO Usuário assinador:

21/11/2017 17:20:31 21/11/2017 17:23:47 Data da criação: Data da assinatura:



GABINETE DO DEPUTADO EVANDRO LEITÃO

PARECER 21/11/2017

PARECER REDAÇÃO FINAL DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017

DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DE ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR PARA OCUPAR CARGO VAGO DE CONSELHEIRO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ.

RELATOR: DEPUTADO EVANDRO LEITÃO.

Trata-se da Redação Final do decreto legislativo nº 04/2017, que "DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DE ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR PARA OCUPAR CARGO VAGO DE CONSELHEIRO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ."

Em virtude de nenhuma alteração no texto original, somos de parecer favorável a presente propositura.

DEPUTADO EVANDRO LEITAO

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição:CONCLUSÃO DA COMISSÃOAutor:99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIARUsuário assinador:99359 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR

Data da criação: 22/11/2017 08:44:11 **Data da assinatura:** 22/11/2017 08:46:35



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 22/11/2017

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-04
	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

46^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 21/11/2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR

DEPUTADO SERGIO AGUIAR

Jergis Aguir)

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



DECRETO LEGISLATIVO N°. 533, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

INDICA O SENHOR ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, inciso I, da Resolução 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Indica o Senhor Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com o art. 71, § 1º e seus incisos e § 2º, inciso II, da Constituição do Estado do Ceará, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Teodorico José Menezes Neto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

16 de novembro de 2017.

DEP. JOSÉ ALBUQUERQUE

PRESIDENTE

DEP. TIN GOMES

1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. MANOEL DUCA

2.º VICE-PRESIDENTE

DEP. AUDIC MOTA

1.º SECRETÁRIO

DEP. JOÃO JAIME

2.º SECRETÁRIO

DEP. AUGUSTA BRITO

3.ª SECRETÁRIA (em exercício)

DEP. ROBÉRIO MONTEIRO

4.º SECRETÁRIO (em exercício)



ANEXO ÚNICO AO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº1588/2017

MAT.	NOME	TION TO CLEAR TO THE	
	HOME	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000879	JOSE HUGO COSTA MARTINS	\$145 ferr 155 ferren	
<u> </u>	1000 HOGO CO31X MAKIIMS	NIVEL EXECUTIVO III	2.450,00

ATO DA PRESIDÊNCIA N°1589/2017

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X, do § 1º, do art. 24, da o disposto nos arts. 132, IV, e 135, da Lei nº 9.826, de 14.05.1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), além do art. 1º, do Ato Normativo n.º 277, de 15 de fevereiro de 2017, DOE 17.02.2017, e do art. 1º, do Ato Deliberativo n.º 806, de 15 de fevereiro de 2017, DOE 17.02.2017 RESOLVE: Art. 1º Designar os servidores constantes do Anexo Único ao presente Ato para integrar Equipe de Trabalho, vinculada ao Grupo instituído pelo Ato da Presidência n.º 170/2017. Art. 2º Fica concedida aos servidores integrantes da Equipe de Trabalho referida no art. 1º a gratificação (GTTR) a que alude Ato da Frestociada. 17.02017. Att. 2 Frestociada assistante de Santa antigrando en Cará), regulamentada pelo Ato Normativo n.º os art. 132, IV, e 135, da Lei nº 9.826, de 14.05.1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), regulamentada pelo Ato Normativo n.º 227, de 15 de fevereiro de 2017, DOE, 17.02.2017, nos valores indicados no Anexo Único, a partir de 2 de outubro de 2017. Art. 3º A gratificação prevista no art. 2° deste Ato tem prazo de 1 (ano), podendo ser prorrogada por igual período, por Ato da Presidência, na forma do Art. 2°, do Ato Deliberativo n.º 806, de 15 de fevereiro de 2017, sendo devida somente durante o efetivo exercício do trabalho relevante e nos afastamentos previstos no inciso I a III, X, XII, XIII e XV, do art. 68, da Lei Estadual nº. 9.826, de 14.05.1974, e não será considerada, computada ou acumulada para fins de concessão ou cálculo de Alt, Alti e Av, do alt. 00, da Lei Estadual II. 2,020, de 14.03.1974, e não sera considerada, computada ou acumutada para fins de concessão ou calculo de vantagens financeiras de qualquer natureza, não sendo também devida a gratificação prevista no art. 3°, da Lei Estadual nº. 12.984, de 19 de dezembro de 1999. Art. 4° A gratificação a que se refere o art. 2º deste Ato não integra a base de contribuição, para fins de aposentadoria, nos termos do art. 5°, § 2°, da Lei Estadual nº 15.578/2005. Art. 5° Este Ato terá vigência com sua publicação e efeitos financeiros a partir de 2 de outubro de 2017. PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao 1º dia do mês de novembro do ano de 2017.

Deputado José Albuquerque PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO AO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº1589/2017

MAT.	NOME	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
001456	SAMMY MARIA DE OLIVEIRA BEZERRA		2.800,00

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº1722/2017

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 24 da Resolução Nº. 389, de 11.12.1996 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 07311/2017, protocolado em 06 de novembro de 2017; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos arts. 34 e 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014; RESOLVE: Art. 1º. Designar a servidora LEONICE HOLANDA ALVES DE MELO, matrícula nº 017409, exerce função de natureza comissionada de Secretário, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor, no curso de VOLUNTARIAR: A ARTE DE SERVIR, com carga horária de 20 h/a, no mês de dezembro 2017, coordenado pela Divisão Treinamento do Departamento de Recursos Humanos deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessa função a gratificação prevista no inciso II do art. 35 da Lei nº 15.716, de 19 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Art. 2º. O pagamento das gratificações a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação do realização dos reassativos auxonários aprovação dos reassativos auxonários auxonários auxonários dos comprovaçãos dos reassativos auxonários auxonários auxonários auxonários dos comprovaçãos dos reassativos auxonários auxonários auxonários dos comprovaçãos dos reassativos auxonários auxonários auxonários dos comprovaçãos dos comprovações realização dos respectivos cursos/treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2017.

Deputado José Albuquerque PRESIDENTE

DECRETO LEGISLATIVO Nº533, de 16 de novembro de 2017

INDICA O SENHOR ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, inciso I, da Resolução 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Indica o Senhor Ernes o Saboia de Figueiredo Junior, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com o art.

71, § 1º e seus incisos e § 2º, inciso II, da Constituição do Estado do Ceará, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Teodorico José Menezes Neto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de novembro de 2017.

Dep. José Albuquerque PRESIDENTE Dep. Tin Gomes 1.º VICE-PRESIDENTE Dep. Manoel Duca VICE-PRESIDENTE Dep. Audic Mota 1.º SECRETÁRIO Dep. João Jaime 2.º SECRETÁRIO Dep. Augusta Brito 3.°SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO Dep. Robério Monteiro 4.º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº834/2017 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº 212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o deslocamento, a serviço, do(s) servidor(es), deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO/	PERÍODO DO	MEIO DE	OBJETIVO DO	VALOR	VALOR
SERVIDOR CPF		/ FUNÇÃO	ESTADO/	DESLOCAMENTO	TRANSPORTE	DESLOCAMENTO	UNITÁRIO	TOTAL
Virgilio Pedro da Silva 298.338,763 - 15	028.363	Membro Executivo GT Nivel DAS - 03	Sobral e Cruz - CE	08 a 10/11/2017	Terrestre	Viajar a serviço da Presidência deste Poder,	R\$ 74,55	R\$ 223,65

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 8 días do mês de novembro 2017. Sávia Maria Queiroz de Magalhães DIRETORA GERAL

PORTARIA Nº835/2017 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº 212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o deslocamento, a serviço, do(s) servidor(es), deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):